



N.º 2

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2014**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e catorze, reuniu, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

I – Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 3º, artigo 26º, n.º 1, alínea c) apresenta-se para deliberação, para o mandato 2013/2017:

1. **Representação da AME na Comissão Municipal de Economia e Turismo**, em conformidade com a alínea b) do artigo 6º e da alínea b) do artigo 8º do respetivo Regulamento;
2. **Deliberação sobre subscrição de texto em defesa da Escola Pública.**

II – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, a CME apresenta, para deliberação da AME, os seguintes pontos, com exceção dos n.ºs 1, 7, 8 e 9:

1. **Tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Évora;**
2. **Deliberação sobre os documentos de Prestação de Contas de 2013;**
3. **Deliberação acerca da 1ª revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita/2014;**
4. **Deliberação acerca da constituição do novo Conselho Municipal de Educação;**
5. **Deliberação sobre a proposta de alteração do artigo 9º do Regulamento dos Mercados;**
6. **Tomada de conhecimento acerca do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2014/2018 e do Plano Operacional Municipal (POM) /2014;**
7. **Informação sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório de Execução/2013;**
8. **Tomada de conhecimento acerca dos documentos de Prestação Anual de Contas do SITEE – Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento de Évora - EM, Lda./2013;**
9. **Informação do Presidente da CME acerca das atividades e da situação financeira do Município.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

Presidente – António Jorge de Paiva Jara

1ª Secretária – Filomena Maria de Oliveira Araújo

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Capoulas Santos, Maria Clara Grácio, António Dieb, Jorge Lourido, José Cardoso (em substituição de Bernardino Páscoa), Duarte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Guerreiro, Luís Varela (em substituição de Maria Helena Costa), Paula Nobre de Deus, Nuno Alas, Válder Lóios, Henrique Troncho, Alexandre Varela, Margarida Almeida, Maria Augusta Pereira, Francisco Chalaça, Luís Garcia, Joana Dias (em substituição de Maria de Lurdes Nobre), João Simas, João Bilou, Gertrudes Pastor, José Russo, Jerónimo José, Nuno de Deus, Ezequias Romão, Joaquim Pimpão, Florinda Russo, Luís Ramalho, António Maduro e Lúcio Guerreiro.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos (as) Vereadores (as) Élia Mira, Eduardo Luciano, João Rodrigues, Silvino Costa, Cláudia Pereira e Paulo Jaleco.

Aberta a sessão, e no sentido de evitar que a tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Évora tivesse que esperar pelo final do período de Antes da Ordem do Dia, o **Sr. Presidente da Assembleia** perguntou, se havia alguma objeção que de imediato se desse posse aos membros do Concelho Municipal de Segurança.

Não se tendo verificado nenhum impedimento, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a chamar os futuros membros do Conselho Municipal de Segurança pela seguinte ordem: Presidente da Câmara de Évora, Carlos Pinto de Sá; o Presidente da Assembleia Municipal de Évora, António Jara; João Vicente Marques Bilou da União de Freguesias de Évora; Gertrudes da Conceição Gomes Pastor, da União de Freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde; José Russo da União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras; Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho da Freguesia de São Miguel de Machede; Manuel Matias Nico Recto da Junta de Freguesia de S. Bento do Mato (que não estava presente); Ezequias Piteira Romão da Freguesia de Nossa Senhora de Machede; Nuno Miguel Catraia de Deus da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor; Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro da Junta de Freguesia da Torre de Coelheiros; Jerónimo António Vaqueiro José da Junta de Freguesia dos Canaviais; Florinda Mendes Carvalho Russo da Junta de Freguesia de S. Manços e S. Vicente do Pigeiro; Joaquim António Filipe Pimpão da União de Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe; António Joaquim Pereira Maduro da União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e Boa-Fé; Excelentíssimo Senhor Procurador do Circulo Judicial de Évora, João Luís Barrocas Salgado; o Senhor 2.º Comandante da PSP, Intendente Eduardo Guerreira Oliveira Rosa; o Comandante do Destacamento Territorial de Évora da GNR, Tenente Luís Miranda; Comandante do Serviço Municipal de Proteção Civil, Joaquim José Peixe Piteira; Comandante dos Bombeiros Voluntários de Évora, Rogério Manuel Góis Santos; Paulo de Jesus da Unidade de Intervenção Local e Comportamentos Aditivos e Dependências da ARS Alentejo; Jacinta Rosa dos Santos Godinho, representante das IPSS de Évora Centro Social de Nossa Senhora Auxiliadora (não estava presente); Cláudia Maria Afonso dos Santos, representante da Santa Casa da Misericórdia de Évora; José Francisco Rosado Alves da Federação das Organizações de Reformados e Pensionistas de Évora; Silvino das Neves Costa Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Pais e Amigos Crianças Deficientes Mentais; Jerónimo Heitor Coelho, Presidente da Associação Comercial de Évora; Frederico Jorge Pavia Campos, da União dos Sindicatos de Évora;

Cidadãos do Município de Évora: Elmina Lopes; Isidro José Oliveira Lobo; João Luís Latas Lázaro; Rui Manuel Fialho Rosado; Ana Carvalho; Paulo Anjos; Elsa Teigão; José Alexandre Policarpo; Gaudêncio Cabral; José Manuel Dias; Representante dos Jovens Agricultores do Alentejo, Diogo Pestana de Vasconcelos; em representação das Minorias o Sr. Padre Adriano Chorão Simões; em representação da Hotelaria Manuel Gabriel Fialho.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Após a tomada de posse dos novos membros do Conselho Municipal de Segurança de Évora, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao Período Antes da Ordem do Dia chamando a atenção para as quatro moções entregues na mesa:

- Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo **Sr. António Maduro** cujo texto, dada a sua extensão foi distribuído por todos os membros, que passou a ler, cuja cópia fica, em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Após a leitura da moção pelo Sr. António Maduro, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para o facto de haver um pedido de informação sobre o mesmo assunto, apresentado em 4º lugar pelo **Bloco de Esquerda**.

Sendo que a 2.ª e 3.ª moções apresentadas à mesa se referem ao “**1.º de Maio**” sugeriu que o Bloco de Esquerda apresentasse o seu pedido de forma a que o Sr. Presidente da Câmara pudesse responder de uma só vez.

- Não se verificando nenhuma objecção à sugestão apresentada, o **Sr. Bruno Martins** solicitou que todas as moções fossem distribuídas antecipadamente, de forma a evitar perdas de tempo no momento da apresentação das mesmas.

Esta sugestão foi aceite, pelo que, após a distribuição do pedido de informação o **Sr. Bruno Martins** começou por saudar o Sr. Presidente da União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e Boa-Fé, ao mesmo tempo que afirmou compreender a sua preocupação, pelo que passou a ler o pedido nos termos do n.º 1 do art.º 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Évora, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por se referir a algumas questões sobre a matéria de interpelação, dizendo que no seguimento das informações colhidas e do documento aprovado na Assembleia Municipal, foi solicitado de imediato ao governo, uma reunião no sentido de obter informações diretas e documentais sobre o projeto da Exploração Mineira da Boa-Fé.

Essa reunião realizou-se há cerca de 1 mês com o Sr. Secretário de Estado da Economia, tendo sido a Câmara informada, que ainda estava a decorrer o estudo, pelo que, não havia qualquer documentação disponível, que após a conclusão desses estudos, a documentação seria disponibilizada.

Foi explicada a importância e o impacto que esta matéria tem em Évora, não apenas na zona que supostamente será alvo de intervenção, mas em todo o Concelho, quer na população quer na Junta de Freguesia, pelo que é absolutamente necessária uma resposta.

O Sr. Secretário de Estado disse compreender as preocupações relatadas, mas que havia trâmites legais e prazos a cumprir. Comprometeu-se a transmitir de imediato à Câmara logo que tivesse qualquer informação, o que não aconteceu até ao momento.

Afirmou uma vez mais a preocupação da Câmara em relação a esta situação, lamentando que a Câmara não tenha dados que lhe possibilitem fazer um estudo sobre uma intervenção deste tipo, que são fundamentais. O estudo sobre o Impacto Ambiental, está concluído, há um estudo sobre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

viabilidade económico-financeira no âmbito de uma eventual concessão a ser dada pelo governo para exploração.

Neste momento não há mais nenhuma informação sobre este assunto pelo que a Câmara não pode dar mais informações, tal como foi informada a Junta de Freguesia por escrito.

Foi feito um contacto junto da empresa no sentido de conseguir algumas informações, que se disponibilizou para prestar esclarecimentos no local, mas não dar informação que consideraram de cariz confidencial.

Assim, não há mais nenhum elemento a acrescentar a tudo o que foi informado em Dezembro. A Câmara irá continuar a insistir em relação a esta matéria.

Tendo em conta a importância e as implicações do assunto, e tendo apenas a informação de que o mesmo continua em estudo, o **Sr. Henrique Troncho** em nome do Grupo Municipal do PS, propôs a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para se debater em profundidade o tema, convidando as entidades oficiais implicadas no mesmo, a própria empresa e outros especialistas na matéria, para se tentar perceber quais as implicações para as populações limítrofes (freguesias de Évora e Montemor), e para que, a Assembleia Municipal, se possa pronunciar com convicção sobre um tema que pode, ou não, ser de grande gravidade.

Em seguida o **Sr. Bruno Martins** agradeceu o esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara, considerando-o “muito pequeno”.

Pediu desculpa ao Executivo “advertindo” que perante uma recomendação da Assembleia Municipal, passado o prazo limite, devem os seus membros ser informados sobre a situação atual do processo. É seu entendimento, que os membros da Assembleia Municipal não devem esperar por uma informação do Executivo 3 meses.

Considerou ainda, que o governo está interessadíssimo na exploração mineira da Boa-Fé. Pelo que, perante a gravidade que o estudo do Impacto Ambiental demonstrou e a Câmara Municipal refere, parece-lhe muito pouco ser apenas o governo a dar explicações. Perguntou se a Câmara não tinha forma de solicitar a outras entidades ajuda na elaboração dos estudos. Está convicto que, se continuarem à espera da resposta do governo o assunto se arrastará até ao limite sem qualquer solução.

Terminou, afirmando que concordava com a realização de uma Assembleia Extraordinária para debater em profundidade o assunto.

O **Sr. Capoulas Santos** interveio para reforçar, que em sua opinião se desenhava no horizonte, uma das maiores tragédias do concelho. Por tudo o que tem visto nos últimos tempos através da imprensa, esta tragédia alargar-se-á por dezenas de quilómetros. O concelho ficará com uma cratera gigantesca numa zona das melhores preservadas ambientalmente nos limites com Montemor. Pensa que será exigida muita diplomacia numa primeira fase e exigir recurso a todos os meios de forma a impedir que essa tragédia se concretize.

São previsíveis poeiras e contaminação dos lençóis freáticos, com contrapartidas altamente discutíveis, como a criação de hipotéticos postos de trabalho que, poderão ser preenchidos com mão-de-obra imigrante, tendo em conta o tipo de trabalho a executar.

Na sua opinião deveria ficar de imediato agendada uma Assembleia Municipal extraordinária e definidas as entidades que nela devam participar desde o governo, aos órgãos autárquicos do concelho vizinho, pois acredita que as populações não estão alertadas para as consequências que



podem advir deste projeto. De momento as indicações são de que a concessão está negociada, pelo que, mais tarde ou mais cedo, a Serra de Monfurado, começa a ser desventrada de forma irreversível. Pelas razões expostas, pensa ser urgente estabelecer uma data limite para a realização da sessão e quais as entidades a convidar a estarem presentes bem como tentar que a própria população participe, e que em função dos esclarecimentos prestados, se definam os passos seguintes pois acredita que se está perante uma batalha em que deve prevalecer a união para fortalecer o combate.

A **Sra. Clara Grácio** iniciou a intervenção reforçando que o projeto da Exploração Mineira da Boa-Fé é de uma enorme gravidade, e como tal, deve ser tratado com o máximo cuidado, sem juízos de valor, sem fundamentos. Concordou com a proposta da bancada Socialista, de realização de uma Assembleia Municipal, convidando especialistas das diversas áreas, que possam ter algo a ver com este assunto.

Pensa que a proposta tem todo o sentido, pelo que apoia a proposta com a esperança serena de que todos os especialistas convidados possam, dar respostas a todos os anseios, e de forma credível suportar as decisões a tomar.

Em nome da bancada da CDU, afirmou que a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal será aceite, sem descurar que a mesma seja preparada com rigor, não de forma empírica, evitando resultados desastrosos.

O **Sr. José Luís Cardoso** interveio referindo acreditar que o PSD iria aprovar a moção, pois as pessoas presentes eram, pessoas de bem, que ainda se interessam pela população de Évora e das suas freguesias limítrofes. Mas, pensa ser improvável que o governo aprove algo neste mesmo sentido, uma vez que a decisão já está tomada. Tal como a empresa exploradora pretende, o governo decidiu. Neste sentido, sugeriu que a Câmara Municipal através dos serviços jurídicos prepare uma providência cautelar, no sentido de, imediatamente à tomada de conhecimento da decisão já tomada, a mesma dê entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja no sentido de impedir mais uma atrocidade.

A terminar lembrou as privatizações, referindo-se à EDP e respetivos lucros afirmando “estas privatizações são o interesse do povo que este governo defende”.

Em seguida, o **Sr. Nuno Alas** afirmou total concordância da bancada do PSD com a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para discussão do tema, tendo em conta a delicadeza do assunto, as características da zona, etc. Estão de acordo com o impacto que a exploração possa ter. No entanto, disse não compreender porquê só passado tanto tempo se está a tentar perceber as consequências do estudo da exploração da mina. Não percebe porque não se colocou a questão no início, aquando das prospeções, sendo do conhecimento de todos que tenham algum conhecimento de geologia, que explorar uma mina em Évora não será diferente de explorar uma mina noutro local.

Ainda assim, o PSD está solidário para tentar encontrar as melhores soluções.

O **Sr. José Russo** interveio para sublinhar concordância com a proposta e necessidade de estudar o projeto, tendo em conta a sua gravidade bem como os impactos que se anunciam pelo que sugeriu que a sessão extraordinária da Assembleia Municipal decorresse na freguesia da Boa-Fé, e que antes se fizesse uma visita ao local. Pensa que seria uma demonstração do interesse dos órgãos autárquicos bem como de aproximação da população que é a mais prejudicada com a realidade em causa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Como resposta o **Sr. Bruno Martins** afirmou que a Câmara já deveria ter feito tudo o que foi referido: falado com especialistas, professores universitários, recolhidos pareceres científicos para apresentar à Assembleia Municipal.

Afirmou que já se perdeu muito tempo. O Bloco de Esquerda pediu um estudo à Câmara e a Câmara responde que reuniu com o governo que pretende abrir concessões mineiras em todo o lado. Considerou que os pareceres científicos e opiniões de cidadãos ativos da zona que incluem diversas sensibilidades, já deveriam ter sido ouvidos.

Lembrou que têm responsabilidade política com as pessoas, não podem esconder a cara e não podem brincar com as populações.

Em relação à proposta de realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** considerou que as intervenções eram no sentido da mesma ser aprovada, por unanimidade. Em relação à data para a sua realização, dado não ter havido qualquer proposta além da referência à “urgência”, lembrou as eleições do próximo dia 25 de maio e ainda a promessa do estudo estar concluído no prazo de dois meses.

Neste sentido, esperava propostas para a realização desta Assembleia.

Em resposta, o **Sr. Capoulas Santos** subscrevendo a proposta do Sr. José Russo, de visita ao local, referiu que a sessão deve realizar-se o mais rápido possível, mas de forma a que possa ser devidamente organizada e após as eleições. Em plena campanha eleitoral não faria qualquer sentido, pelo que propunha, um mês a dois meses no máximo após a realização das eleições, por considerar tempo suficiente para convidar as pessoas que devem ser ouvidas e para que estas se possam preparar.

Novamente no uso da palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** lembrou a segunda proposta, esta apresentada pelo Sr. José Luís Cardoso, no sentido de ser apresentada ao Tribunal uma Providência Cautelar.

Em relação a esta proposta, o **Sr. António Dieb** começou por dizer que pessoalmente não tinha simpatia em relação a algumas tipologias de exploração mineira, pois enquanto cidadão, levantam-lhe grandes dúvidas.

Concordou com a sessão extraordinária da Assembleia Municipal e subscreveu a intervenção da Sra. Clara Grácio, pois o assunto é interessante e mais do que isso, é importante e sensível, para as populações, pelo que é necessário juntar informação com uma dimensão que a torne perceptível e informar as pessoas antes de entrar numa instrumentalização de vontade e opiniões pessoais, mesmo que legítimas.

Concorda com a realização da Assembleia na Boa-Fé.

Relativamente à Providência Cautelar pensa ser um instrumento legal como qualquer outro que a Assembleia decida por bem recorrer. Mas ainda assim apelou para que a dignidade do Órgão fosse preservada. Depois de informada e depois de debater a questão, a Assembleia Municipal deverá tomar uma posição que será pública e no sentido de mobilizar a população na defesa dos seus próprios interesses. Essa é a razão de existir da Assembleia. Não se pode permitir que à partida, se limite a Assembleia Municipal de Évora, que se diga que a realização da Assembleia é no sentido de dizer “não”, de “alertar para os perigos propagandistas” ou “chuvas ácidas” etc. é obrigação da Assembleia informar-se e informar as populações com base em informação objetiva. Cada um deve tomar uma deliberação que deve fazer fé na defesa dos interesses das populações. É suposto a



Assembleia Municipal ser um órgão de dignidade aprovada pelo municipalismo nacional, pelo que deve ser preservado. Pela sua parte, disse estar disponível para participar num debate que tem todo o interesse e que é sobre um investimento que desconhece por completo e que só assim terá oportunidade de conhecer.

O **Sr. Henrique Troncho** considerou que a proposta visa o total esclarecimento da situação, que pode ser dramático. Ao realizar-se a sessão da Assembleia Municipal na Boa-Fé, pode ser positivo. Concordou que a sua realização não seja efetivada antes das eleições, pois a pior coisa que pode acontecer a uma boa intenção, é ser acusada, de guerra política, e essa não é a intenção de nenhum membro da Assembleia Municipal, o que não impede que cada um tenha a sua posição e a manifeste, e chame a atenção para os riscos e perigos.

Concorda que todos necessitam ser esclarecidos para tomarem uma decisão, mas isso não impede que cada um tenha a sua opinião e a manifeste em plena Assembleia Municipal, não lhe retirando dignidade. Se cada um dos membros tiver conhecimentos sobre a situação e os transmitir, com essa posição, não tira qualquer dignidade à Assembleia Municipal, bem como o facto de ser contra a deliberação.

Tirá dignidade à Assembleia Municipal o assunto ser instrumentalizado partidariamente, mas tem a convicção de que não está em causa partidizar a questão.

A proposta foi apresentada de forma a chamar a atenção para um problema, para o qual, a própria cidade de Évora, não fica de fora, embora sejam as freguesias limítrofes que estão mais prejudicadas. Pretendeu-se, chamar a atenção para o problema de forma a serem tomadas posições de força se necessário, se os receios tiverem razão de ser. É importante para todos ouvir especialistas com razões mais fundamentadas. Os membros do PS consideram muito importante, os esclarecimentos, de forma que, cada um possa conceber uma opinião mais fundamentada.

Em relação à Providência Cautelar, pensa que deverá ser a Câmara, se assim o entender, ou então a Assembleia Municipal a sugerir depois de discutido o assunto, e não de início, sem se ter conhecimento cabal do assunto. Pensa que neste momento a apresentação da Providência Cautelar é precipitada.

Em seguida, o **Sr. José Luís Cardoso** concordou com o Sr. António Dieb. Não se deve instrumentalizar a questão. Quando se referiu à Providência Cautelar foi no sentido de contrapor aos estudos que vão ser apresentados e que sem qualquer dúvida irão ser “favoráveis”, tal como o governo é favorável.

Évora tem uma Universidade que pode dar pareceres que não sejam iguais aos que vão surgir do governo, e será nesse confronto de documentos, entre os apresentados pela Câmara e os apresentados pelo governo que existirá matéria para dizer ao órgão de soberania nacional para decidir de que lado está a razão.

Em nova intervenção, a **Sra. Clara Grácio** começou por concordar que um mês e meio será um período de tempo razoável para uma boa preparação para a realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Em seguida enfatizou a proposta da Sr. José Russo em relação ao local da realização desta.

A sua maior preocupação é com as pessoas pelo que estas devem estar informadas o mais possível, em especial, as que estão mais perto localmente. Pelo que a realização de uma Assembleia Municipal na própria Freguesia, permitirá que essa informação seja de todo transmitida de “viva voz”, em termos de impactos em relação à sua qualidade de vida. Evitando dessa forma que a



informação passe de forma demagógica e no contexto de crise, em que as pessoas são facilmente levadas por argumentos que nem sempre são credíveis, esquecendo-se quem os utiliza e que se trata de questões muito complicadas.

Terminou com a afirmação de concordância com as duas propostas.

O **Sr. Bruno Martins** começou por se regozijar que alguém se tivesse lembrado do assunto. Que o importante era que o mesmo não ficasse esquecido.

Em seguida, e tendo em conta que o anterior Executivo foi muito crítico tendo desenvolvido algumas reuniões técnicas de esclarecimento, para incluir no parecer do Impacto Ambiental, deixou a seguinte recomendação ao atual Executivo, já por si referidas há quatro meses “*A Câmara Municipal apreciou o projeto de impacto ambiental bem como as informações prestadas na reunião técnica de esclarecimento, tendo constatado que alguns aspetos do projeto não se encontravam devidamente clarificados no estudo de impacto ambiental e questionando a sua implementação como uma vantagem para o município, concluiu que não é evidente a criação de benefícios para as populações locais. Refere sobretudo as desvantagens a nível do impacto ambiental a nível do concelho pelo que não poderá emitir parecer favorável a este projeto*” Significando que existe trabalho feito pela Câmara, que acredita, bem feito, pelo que a Câmara deveria tentar recolher estas informações que levaram o anterior Executivo a emitir parecer desfavorável.

O **Sr. Capoulas Santos** interveio para chamar a atenção que a Serra de Monfurado, é Património da Humanidade. O seu ecossistema e a forma como está preservado é tão importante como o próprio Templo Romano e isso é que está em causa.

É necessário e urgente avaliar quais as intervenções humanas ali a praticar porque, quaisquer que sejam, vão ter impacto ambiental negativo. É ainda urgente saber quais as contrapartidas para a sociedade, dado saber-se que uma mina com 30/40 km a céu aberto tem um impacto negativo tremendo. Esta é uma certeza de qualquer leigo.

Mas, se for provado que esse impacto sendo tão negativo, trará ainda assim inúmeros benefícios de coesão social, riqueza, emprego, etc., obrigando a ponderar se os benefícios são maiores que os riscos.

Terminou, referindo que estava em causa não apenas o impacto negativo para as populações da Boa-Fé e S. Sebastião da Giesteira, mas pior, a destruição do ecossistema da Serra do Monfurado. Sempre houve exploração mineira na Serra, e ainda assim, os impactos são mínimos pois sempre foi feita através de perfuração e não a céu aberto como agora é proposto, com utilização de ácido sulfúrico, o que trás impactos de toda a ordem, especialmente nos lençóis freáticos.

Por estas razões pensa que são justificáveis as explicações exaustivas sobre as vantagens e inconvenientes seguidas das ponderações tendo em conta que as populações de Évora têm uma palavra a dizer.

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** lembrou que numa anterior discussão sobre o assunto, começou por dizer exatamente o que o Sr. Capoulas Santos acabou de referir, que a primeira preocupação presente terá que ser o impacto ambiental sobre a Serra de Monfurado, por se tratar de um ecossistema único no Alentejo e no País, que faz parte da Rede Natura, referenciada pela União Europeia.

Esta foi a razão da sua referência ao estudo de impacto ambiental realizado à época, e a razão para o mesmo ser devidamente apresentado. É necessário perceber quais os impactos negativos identificados, sabendo-se, já nessa altura, que os mesmos são tremendos. Pelo que perguntou se era



possível compatibilizar esses impactos negativos com alguma situação que contrabalançasse (do ponto de vista ambiental, não social), essa posição. Estas são as razões da necessidade do aprofundamento sobre a matéria, dado que, seja qual for a posição a tomar, a mesma só terá razão, se for devidamente fundamentada também do ponto de vista científico.

Neste sentido, foram desenvolvidos contactos com a finalidade de uma abordagem científica e só depois a questão económica, que conduzirá ou não à concessão definitiva.

Recordou que em 2011, o governo procedeu a um conjunto de concessões que na altura tiveram diversos níveis. Em relação à concessão da Boa-Fé, mais curto que o valor referido, embora com um impacto bastante significativo, encontrava-se numa fase que chegava à pré-exploração para uma segunda concessão que deixaria o concelho de Évora iniciando-se no concelho de Montemor até Vendas Novas, em mais de 20 km, em prospeção que foi realizada através de técnicas eletromagnéticas por voo.

As duas concessões são diferentes, sendo que a segunda é muito mais extensa.

Em relação à concessão da Boa-Fé o principal impacto, está relacionado com o aspeto que deixa na Serra de Monfurado, sendo o segundo, a questão económica. Quando a questão foi colocada ao governo, havia um pedido da empresa para que a Câmara pudesse declarar o projeto como de “interesse municipal”. Perante esta situação, afirmou que isso seria impossível, sem que toda a situação fosse documentada e esclarecida dadas as inúmeras dúvidas existentes sobre a própria viabilidade do projeto e interesse ambiental e social do mesmo para a região. São estes dados que julgam essenciais para fundamentar posições, sendo que todos os esforços serão desenvolvidos nesse sentido.

A terminar afirmou estar de acordo com as propostas apresentadas, referindo que em seu entendimento, é ainda cedo para a Câmara avançar por um Provisória Cautelar sem haver dados suficientes que permitam fundamentar com conteúdo para que o Tribunal possa dar-lhe razão.

Admite que o governo queira avançar com a concessão dentro de pouco tempo. Não foram referidas datas pelo Secretário de Estado, apenas se responsabilizou com a disponibilização imediata da documentação, ao Município, logo que a mesma estivesse concluída.

Comprometeu-se a desenvolver, novas diligências para obtenção destes elementos, como sempre fez.

A **Sra. Filomena Araújo** começou por afirmar a sua apreensão quando só ouve falar em “impacto ambiental”, parece tratar-se apenas de consequências no ambiente e não são apenas essas as consequências. É obrigatório que os estudos apresentem além das consequências na flora, refiram as consequências na fauna e principalmente na saúde humana.

O País é especialista em esquecer esta área, mas é importante que se saiba quais os riscos a curto e médio prazo sobre a saúde, qual o tipo de monitorização e quais as minimizações propostas. Não se pode pensar em primeiro lugar no aspeto da Serra de Monfurado, em primeiro lugar é preciso pensar na saúde das populações.

O **Sr. José Luís Cardoso** voltou a intervir lembrando que o Dr. Luís Capoulas referiu que cresce o facto de se tratar de um património que é juridicamente tratado de forma diferente de todos os outros, por ser “Património da Humanidade”, e ter requisitos que devem ser respeitados. O que significa mais uma base para se poder contestar de forma a evitar que as agressões possam ser levadas a cabo.

Também o **Sr. José Russo** voltou a intervir para afirmar mais uma vez, que a CDU, como sempre, está disponível para recorrer a todos os meios necessários para salvaguardar, em primeiro lugar, a



qualidade de vida das pessoas. A complexidade e gravidade da situação exigem que se faça um processo profundo de forma a retirar os resultados que se desejam.

Disse ficar extremamente satisfeito por perceber que a Assembleia Municipal e a Câmara estão de forma unânimes nesse propósito, o que não deixa de ser um passo muito importante.

Pensa que se deve utilizar toda a informação já disponibilizada e clarificar o que ainda não está, de forma a reunir todas as condições para contrariar “coisas já anunciadas”, dado que a empresa “mexe”.

Pensa que a “batalha” que se avizinha, não será fácil, pelo que será necessário reunir toda a informação possível. Concordou com a intervenção da Sra. Filomena Araújo, em relação à saúde pública, o que leva à necessidade de auscultação de técnicos da área da saúde. É necessária fundamentação bem minuciosa para que, quando a Assembleia Municipal deliberar sobre o assunto, essa deliberação esteja de tal forma fundamentada que se torne evidente que não é possível cometer tal atrocidade.

Além do que atrás referiu, se necessário for, esgotadas todas as alternativas, far-se-ão manifestações no local à frente das máquinas, para que os resultados possam ser bem-sucedidos.

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se algum dos membros se opunha à marcação de uma Assembleia Municipal Extraordinária passado um mês e meio a dois meses desta Assembleia. Como não houve oposição por parte de nenhum membro, e depois de colocada a proposta a votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade.

Em relação à proposta da realização da sessão extraordinária na freguesia da Boa-Fé o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** voltou a perguntar se algum membro se opunha a esta proposta, colocando-a de imediato a votação, tendo sido aprovada por maioria com trinta e votos a favor (dezasseis da CDU, dez PS, três PSD e um BE) e um voto contra (PS).

Declaração de voto do Sr. José Luís Cardoso: *“Uma vez que se pressupõe que a Assembleia Extraordinária que vai ter lugar, teremos a necessidade de ouvir opiniões para podermos formular decisões, penso que o lugar mais adequado, seria Évora.”*

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que foram entregues na mesa três moções sobre o “**1.º de Maio**”, sendo a primeira da CDU cujo texto foi lido pelo **Sr. Valter Lóios**, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Tendo em conta serem as moções sobre o “**1.º de Maio**”, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se poderiam ser apresentadas todas e depois discutidas, ao que o **Sr. Nuno Alas** respondeu preferir discutir e votar isoladamente cada uma das moções.

O **Sr. Capoulas Santos** solicitou um intervalo de cinco minutos para que a bancada do PS analisasse as moções.

Chamou a atenção para o facto de não haver necessidade de abrir três vezes uma discussão sobre o mesmo tema. Era habitual discutir o tema e fazer uma votação sobre cada uma das moções apresentadas. Esta metodologia foi aceite.

Como solicitado, verificou-se um pequeno intervalo de cinco minutos.



O **Sr. José Russo** pediu a palavra para chamar a atenção que o tempo já passou e que lhe veio à memória o seu camarada Celino Silva que neste mesmo local propôs, mais uma hora para discutir, quando estavam na oposição. E, utilizarem dessa hora o tempo necessário para acabarem a discussão, dado que o período antes da ordem do dia terminou.

Alertado pela intervenção do Sr. José Russo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** perguntou, se havia oposição ao prolongamento do período antes da ordem do dia para discussão e aprovação das moções, não tendo havido oposição, duplicou este tempo.

Em seguida, o **Sr. Bruno Martins** passou a ler a moção do Bloco de Esquerda sobre o “**1.º de Maio**”, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Por último, a moção do PS sobre o “**1.º de Maio**”, foi apresentada pela **Sra. Paula de Deus** que a leu, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Depois da apresentação das moções sobre o “**1.º de Maio**” o **Sr. Henrique Troncho** considerou que se tratava de um assunto único, uma vez que as três moções saudavam os trabalhadores, pelo que seria ideal conseguir conjugar o que as três forças políticas consideram fundamental dizer sobre o 1.º de Maio.

Referiu que o Grupo Municipal do PS iria votar favoravelmente a sua moção e abster-se nas outras duas, uma vez que será praticamente impossível fazer a fusão das três moções.

A **Sra. Clara Grácio** começou por dizer que o tema “**1.º de Maio**” toca a todos de forma particular, com contexto, devendo traduzir de forma muito concreta o que se passou ao longo dos tempos. Não pode passar como um tema inócuo. Tem muito conteúdo pelo que tem que mostrar toda a força da unidade dos trabalhadores, contra os atos de brutalidade, de perversão e extorsão de tudo que está estabelecido na Constituição da República Portuguesa. Deve ser tratado frontal e firmemente. Traduz de forma muito veemente a Democracia, a Liberdade de Expressão a Justiça Social e Económica. Por esta razão, concorda que é muito difícil a junção das três moções, devendo haver três momentos de votação, não significando isso que não estejam de acordo com as três moções.

O **Sr. José Russo** disse subscrever a moção do Bloco de Esquerda. Em relação à moção apresentada pelo PS, referiu que o 1.º de Maio em Portugal não se comemorou só depois do 25 de Abril. Antes do 25 de Abril já se comemorava com o aparecimento das 8 horas de trabalho. Se fosse referido “em liberdade”, concordava. Tal como ter passado a feriado nacional após o 25 de Abril.

Outra frase em que não se reconhece de todo em “democracia moderna”. Não percebe estes fundamentos. Acredita que no espaço em que se encontram, eminentemente político, os eleitos pelo Povo, não se devem coibir de refletir politicamente, quando se acabou de comemorar os 40 Anos do 25 de Abril, e quase a comemorar mais um 1.º de Maio, em que a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses está a sofrer. É preciso ser capaz de dizer, que existem dois pesos e duas medidas neste País, que nada têm a ver com as conquistas do 25 de Abril, com a Liberdade e a Democracia alcançadas com o ato heroico dos Militares de Abril e do Povo Português. É o momento de esclarecer todas as questões e não deixar atrofiar a realidade objetiva em que os trabalhadores vivem. Desde o 25 de Abril não existia uma taxa de desemprego como a atual. É uma situação que



atormenta a grande maioria dos trabalhadores portugueses, o seu próprio salário tem vindo a ser reduzido. Ainda que não seja das pessoas que estão em pior situação.

Esta situação decorre de um conjunto de políticas em que “alguns” têm cada vez mais dinheiro, o que leva a uma injustiça flagrante, que só o governo não vê, mas que está a afundar o povo português.

Nestes momentos, para ser solidários, e homenagear os trabalhadores, estas questões têm que ser referidas. Não podem ser ocultadas. É o momento para não “fazer de conta”.

Por estas razões a moção da CDU é que toca nas questões centrais, que são a realidade da vida dos trabalhadores, que se encontram sem qualquer expectativa de saída. O País vai a caminhar para um abismo.

Ao aprovar uma moção sobre o “1.º de Maio”, ela tem referir todas questões centrais que afrontam os trabalhadores. Irá votar favoravelmente a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. A noção apresentada pelo PS, só a votará favoravelmente se a mesma for alterada.

A **Sra. Paula de Deus** começou por convidar o Sr. José Russo a ler Vinícius de Moraes “O Operário em Construção”. Acredita que já o tenha feito, mas sem que tenha sentido a força das suas palavras.

Como referiu, um voto de saudação ao dia do trabalhador é uma afirmação de convicções. É óbvio que a força do PS não é a força do PCP, pelo que nunca poderiam fazer um discurso igual.

O discurso do PS não é inócuo, mas sim de defesa dos direitos humanos dos trabalhadores, e dos seus direitos sociais. De defesa de uma economia que aposte na qualificação dos trabalhadores contra os baixos salários, de defesa da ética do valor trabalho e de homenagem a todos os trabalhadores que dessa forma contribuem para o desenvolvimento das sociedades.

Considerou fundamental que ficasse claro para a CDU qual era a força do PS e das suas palavras, as quais foram, não de forma inócua desvalorizadas, mas para instrumentalizar outra moção, e sobrevalorizar outra moção de forma a chamar a si a defesa pelos direitos dos trabalhadores, que não é a defesa única e que jamais será, da CDU.

Afirmou, em seguida a força das convicções e de homenagem aos trabalhadores pelo PS, e que mais uma vez, após 40 anos, o 1.º de Maio voltou a ser comemorado em liberdade. As palavras que proferiu, representam a força das convicções de quem defende uma democracia moderna e avançada, assente nos direitos humanos, que compreende a CDU tenha alguma dificuldade em entender o seu significado.

O **Sr. José Lourido** subscreveu a intervenção do Sr. José Russo, referindo-se à referência de que em Portugal o 1.º de Maio só se comemora há 40 anos, teria que ser reformulada para receber o seu voto favorável.

Depois, Direitos Humanos” são o direito ao trabalho, ao salário, à saúde, à fruição cultural, à educação etc..

Referir direitos humanos dos trabalhadores é muito estranho. Direitos Humanos, são sempre Direitos Humanos, só quem entende Direitos Humanos de forma reduzida, sente necessidade de apresentar uma moção como o PS o fez.

Votará favoravelmente a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, chamando a atenção para os dois últimos pontos, dado que os mesmos, já são recorrentes na Assembleia tendo merecido o apoio da CDU.

O **Sr. João Simas** perguntou quais as dúvidas do PS em relação à moção apresentada pela CDU.



Em relação à força das palavras, lembrou o texto original da fundação do PS à data de 1973 em que é dito “...o PS tem por objetivo a edificação em Portugal de uma sociedade sem classes, em que os trabalhadores serão produtores do poder, que são da vontade popular, e a cultura, obra da capacidade criadora de todos. Entende o PS que essa nova finalidade de conceção na vida, só pode ser alcançada, mediante a construção e poder dos trabalhadores no quadro da coletivização dos meios de produção, distribuição e planeamento económico com pluralidade na iniciativa”. Depois desta leitura, afirmou não perceber qual a dúvida do PS sobre a moção da CDU.

O **Sr. Bruno Martins** começou por chamar a atenção para o quanto era difícil separar “as águas” no debate político e destriçar num texto o voto de saudação com a política seguida por um partido.

Na generalidade concorda com a moção apresentada pelo PS, sugerindo que na mesma seja referido “...só voltou a ser comemorado em liberdade há 40 anos.” Esta frase faz toda a diferença, e é a verdade”.

Concorda muito mais, politicamente, com a moção apresentada pela CDU, o que não o impede de concordar na generalidade com a moção do PS, se lhe for acrescentada a alteração que sugeriu.

O **Sr. Henrique Troncho** começou por dizer que se está a querer pegar em termos como “direitos humanos dos trabalhadores”, o que não significa que não se exaltem todos os “Direitos Humanos”.

“Democracia moderna”, só pode ser a democracia atual, a que se vive “agora”.

Não tem qualquer texto do PCP para ler sobre 1974/75, mas sobre o que foi lido sobre o PS de 1973, não existe nada com que o atual PS não se identifique. O PS não está em desacordo com a moção da CDU. No entanto, não poderiam votar a favor, quando no segundo parágrafo se diz “...que confirmam e acentuam o projeto político que há mais de 37 anos desrespeita continuamente, a Constituição da República Portuguesa portadora dos valores de Abril...”

Pensa ser difícil defender pela CDU, dado que a Constituição Portuguesa atual, foi feita com votações contra da CDU bem como votou contra aquando de alterações posteriormente introduzidas.

A frase que reproduziu, impedirá o voto favorável do PS na moção da CDU.

Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, não tem qualquer termo com o qual não concorde. Existe sim, falta de provas concretas em situações referidas.

Por uma questão de princípio, sem provas não votarão favoravelmente.

Com os cumprimentos aos trabalhadores, com a exaltação do 1.º de Maio e com um conjunto de considerações quer da moção da CSU quer da moção do Bloco de Esquerda, estão de acordo, mas há outras que levam o PS a não votar favoravelmente essas moções.

A **Sra. Paula Deus** começou por afirmar compreender que a CDU e o Bloco de Esquerda tentem ser os paladinos da defesa dos trabalhadores, mas porque se defendeu a democracia e a mesma foi tão proclamada, seria bom que compreendessem que não são os únicos.

Em relação às afirmações feitas, começou pela de Bruno Martins, passando à frente a falta de densidade ideológica, aceita que o 1.º de Maio voltou a ser comemorado em liberdade há 40 anos. Essa era a ideia, que passa a ser tão redundante quanto a sugestão do Sr. José Russo em relação ao “direitos humanos” que também aceita. É uma força de expressão quando se quer exaltar os direitos humanos de um grupo específico.

A frase não perde força nem sentido se ficar “---é tempo de exaltar os direitos humanos dos trabalhadores...”

Se ao acolher as duas propostas a CDU e o Bloco de Esquerda estiverem na disposição de votar a moção apresentada pelo PS, o texto será alterado.



Em resposta o Sr. **Valter Lóios** sublinhou que o texto da moção CDU poderia ter saído em 1921, já que, em seguida passou para a clandestinidade onde se foi escrevendo e resistindo a tudo, comemorando o 1.º de Maio no regime fascista. Enquanto Partido Comunista Português, assumiu essa condição.

Gostou de ouvir da bancada do PS que o PCP faz de paladino da defesa dos trabalhadores. Seria bom que o PS defendesse efetivamente o trabalho e os trabalhadores. Lembrou que, são as únicas autarquias que ainda não assinaram com os sindicatos os trabalhadores e a entidade empregadora na defesa das 35 horas semanais.

O direito dos trabalhadores, não pode ficar apenas pelas palavras, tem que passar aos atos.

Não é necessário voltar muito tempo atrás para reparar que o direito ao trabalho é negado a muitos portugueses, que é fruto das políticas de direita, praticadas, relativamente ao PEC, todos conteúdos no desrespeito da Constituição.

Todos percebem o que significa o que cada uma das moções quer dizer. E assim, em relação ao voto de saudação do PS, em sua opinião, não responsabiliza nem aponta causas.

Também o Sr. **José Luís Cardoso** interveio para referir saber através da imprensa que o único município que não assinou o acordo sobre as 35 horas semanais foi Estremoz, que não é PS.

Em relação à moção da CDU, considerou-a demasiado condensada, atirando para os anteriores 37 anos, todas as responsabilidades da atual situação, é falta de memória, pois esqueceu que nunca houve tantas questões consideradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, como nos últimos 3 anos.

Não tem conhecimento que o Tribunal Constitucional se tenha pronunciado, em tempos de Governos Socialistas, sobre legislação dos direitos dos trabalhadores, pelo que é preciso ter contenção no que se diz.

A abstenção na moção da CDU deve-se ao olhar para a sua totalidade. Não se pode confundir CDS/PSD com o PS que tem responsabilidades mas não ao mesmo nível. O PS pode não ser o Governo da área política da CDU mas também não está na área política do PSD/CDS.

São públicas as suas divergências com o PS mas não pode admitir exageros desta natureza.

Em resposta o Sr. **Bruno Martins** afirmou que o Bloco de Esquerda não tem qualquer presunção em querer ser o único defensor do direito dos trabalhadores. Como é sabido, o Bloco de Esquerda existe há pouco tempo. Antes do Bloco, outros partidos e outras pessoas (do PS muitas pessoas fizeram um trabalho meritório), defenderam ativamente esse direito, e não tem qualquer problema em reconhecer.

Tendo em conta a alteração acolhida, não ficaria bem votar contra ou abster-se no voto de saudação, uma vez que, concorda na generalidade pelo que votará favoravelmente.

Relativamente às justificações do PS para se abster ou votar contra a moção do Bloco de Esquerda, as ameaças são uma realidade que por opção não colocaram no texto da moção.

A moção condena ameaças, processos disciplinares por faltas injustificadas. Acredita que todos condenam estas situações.

O Sr. **José Russo** começou por dizer que a CDU, mais o PCP, não tem, nem nunca teve a pretensão de ser o único a defender os direitos dos trabalhadores. A prova disto, é que ao longo, da sua extensa vida o PCP sempre soube fazer alianças com independentes e mesmo com outros partidos. Como se pode provar historicamente.



Mas, ninguém pode retirar ao PCP que ao longo de gerações tem sido um Partido que sempre tem lutado, ao longo de gerações pelos direitos dos trabalhadores. Também pode dizer que há gente no PS que em momentos importantes tem assumido posições que são de valorizar e sublinhar. Mas, verifica-se que o discurso de hoje do Sr. José Luís Cardoso difere um pouco do discurso que proferiu há poucos dias na Cerimónia das Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril, não enquanto elemento do PS mas enquanto militar do 25 de Abril, ao representar a Associação 25 de Abril.

O PS e o PSD, não podem ter a pretensão de serem os únicos partidos na “moderna democracia”, que podem governar o país.

Lembrou que a responsabilidade da governação do país ao longo dos últimos 37 anos, têm sido do PS e do PSD. Se são iguais ou diferentes, fica ao critério de cada um. O certo é que todos têm experiências de políticas desenvolvidas pelo PS, quando na oposição são de uma forma e quando está no governo são de forma completamente diferente. Isto acontece em vários setores da vida do país.

Tendo em conta o contexto da celebração do 25 de Abril e a aproximação do 1.º de Maio, chamou a atenção para o antes do 25 de Abril de 1974, para a negra noite de 48 anos do fascismo, em que passava pela cabeça de muitos poucos a possibilidade de se fazer um “25 de Abril”, que efetivamente se fez!

Hoje, continuando o caminho que se vem percorrendo, as condições estão a reunir-se mais cedo para uma nova transformação na sociedade portuguesa. Estão a aproximar-se vertiginosamente as condições que existiam antes do 25 de Abril de 1974 (lembrou que o salário mínimo atual vale menos que valia à data do 25 de Abril de 74).

Em nova intervenção e afirmando não querer partidarizar a **Sra. Paula de Deus** referiu que da mesma forma que não há militantes de primeira e de segunda no PCP, não há dois PS, Há apenas o PS que é plural, que sempre soube viver com a diversidade. Acredita que incomoda alguns partidos que não entendem o sentido da democracia moderna, isso percebe. O Sr. José Russo querer fazer doutrina sobre o PS é excessivo e pretensioso. O PS sempre defendeu os trabalhadores em tempo próprio, tem feito coisas certas e outras menos certas, Quem governa nem sempre faz as coisas mais certas. A CDU não pode dizer o mesmo porque, os cidadãos porque são inteligentes, sempre votaram PS ou PSD. Sendo que, para o poder local as coisas são diferentes e aí, a CDU tem feito coisas erradas e coisas certas. Para o governo, as pessoas nunca escolheram a alternativa CDU.

O PS tem merecido o voto de confiança dos portugueses para o governo, e pelos vistos, tem sido avaliado e no momento próprio tem tido o voto de confiança.

Responsabilidades, todos têm, governo, quem é governado e oposição. Ao celebrar o 1.º de Maio, dia do Trabalhador, já muito foi dito pelo que tem pouco a ver com a homenagem que a Assembleia Municipal, hoje devia prestar a todas e todos os trabalhadores portugueses e do mundo inteiro.

O **Sr. Henrique Troncho** referiu-se aos 37 anos e à responsabilidade repartida entre PS e PSD. Em seguida, defende um conjunto de coisas que aconteceram nesse período de tempo.

Quando fala sobre o direito à liberdade, diz não receber lições de ninguém; quando fala sobre o direito à greve, o PS fez o que devia; quando fala sobre eleições livres sabe o que o PS fez; quando fala sobre subsídio de Natal, férias e desemprego e pensões para todos, sabe o que o PS fez sobre isso; quando fala do direito à maternidade, à paternidade, ao trabalho infantil, o PS não recebe conselhos de ninguém. Sobre o direito à segurança social e à saúde e educação pública o PS orgulha-se de tudo que fez nos referidos 37 anos em que foi governo.



Quando se fala nas melhorias verificadas na vida do Povo, o PS contribuiu muito para essa melhoria; quando se fala na liberdade e criação cultural bem como do isolamento cultural, o PS contribuiu muito para isso.

A CDU diz que o PS fez tudo mal e apresenta uma moção que mais não é do que um ataque a tudo que foi referido e que o PS, ou fez sozinho ou teve um papel importantíssimo para que as mesmas fossem realidade.

A CDU se não participou no governo foi porque preferiu estar na oposição e preferiu a crítica pela crítica, a uma oposição construtiva.

O PS quer contribuir para melhorar a vida das pessoas através do poder a nível nacional, já a CDU tem outra escolha.

Acredita que há pessoas e ideias boas em todos os partidos, mas não votar uma moção em que se afirma que 37 anos foram uma desgraça e no final votar contra as conquistas conseguidas nesses anos.

O **Sr. José Luís Cardoso** considerou que a discussão sobre as moções apresentadas ilustrava o que de facto era a esquerda em Portugal.

Não foi possível, o PS, a CDU e o Bloco de Esquerda, construírem um texto comum. Tem uma admiração profunda por Dinis Miranda. Foi o homem mais extraordinário com quem falou, sempre tiveram pontos em comum, mesmo quando partiam de pontos de vistas difíceis. O PCP em 40 anos, nunca fez uma única intervenção que não alie o PS ao partido que está a governar. Quando não tem o PS para atacar, ataca o Bloco de Esquerda, pelo que pergunta como é possível encontrar alternativa ao PSD/CDS, que provavelmente irão ganhar as próximas eleições legislativas, porque a esquerda destrói-se autoflagelando-se.

O **Sr. Luís Garcia** interveio para referir, relativamente à “democracia moderna” que a mesma emerge dos valores liberais, e que com certeza conhecem alguém que ajudou a construir e afinar este conceito de democracia política com o neoliberalismo que graça no mundo e destruiu o paradigma social-democrata que o próprio PS defendeu.

Niklas Luhmann defendia períodos de 15 anos eleitorais para se verificar estabilidade necessária para que o sistema económico conseguisse mais-valias de forma a retirá-las aos trabalhadores. Esse foi o caminho que o PS construiu durante 37 anos, de hipoteca da soberania nacional em parceria com o PSD,

Este conceito de democracia moderna, apesar de ser um conceito que soa bem, não é o conceito de democracia que a CDU defende.

A CDU defende a democracia económica, a democracia social a democracia cultural e também a democracia política.

Em relação ao 1.º de Maio, a **Sra. Clara Grácio afirmou que a versão da CDU do 1.º de Maio**, não é de homenagem mas sim uma versão de luta e defesa pelos valores do 1.º de Maio.

A provar o que afirmou, lembrou os últimos debates na Assembleia da República sobre a função pública, em que passam a definitivas, muitas das arbitrariedades que têm sido feitas e se afirmavam transitórias devidas ao período de crise. Assim, referiu que seria bom lembrar a votação relativamente à lei geral da função pública e quem votou a favor esta lei que se transformou em definitiva.



Esta lei passou a definitiva, mas só se o Povo o permitir. O 1.º de Maio serve para impedir que se concretizem leis contra o direito dos trabalhadores. O que se diz deve fazer-se, especialmente na Assembleia da República, quando se vota.

A **Sra. Paula de Deus** afirmou que não iria dar resposta aos conteúdos invocados na moção da CDU, embora muitos associados a medidas tomadas por governos do PS. Referiu também que o conceito de modernidade não está assente numa perspetiva restritiva tal como a CDU a apresentou, associada ao neoliberalismo mas sim a uma perspetiva de valorização do indivíduo como pessoa humana e dos direitos do homem e da mulher.

De forma a concretizar a intervenção anterior, a **Sra. Clara Grácio** afirmou que a bancada da CDU não poderia votar favoravelmente a moção do PS, mas que iriam votar favoravelmente a moção do Bloco de Esquerda.

O **Sr. Bruno Martins** perguntou se deixou claro para o PS na sua intervenção a questão da “condenação”. Era uma condenação genérica.

Após o debate, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação, as moções apresentadas:

- moção apresentada pela CDU - foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (dezasseis da CDU e um do BE), onze abstenções (PS) e três votos contra (PSD);

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas: *“Votámos contra esta moção apresentada pela CDU mas naturalmente os direitos dos trabalhadores nos importam. Isso faz parte da matriz do PSD, porque acredita nas pessoas e nos seus direitos enquanto trabalhadores, Não podemos votar a favor uma moção que diz “durante 37 anos houve desrespeito pela Constituição”. Seria passar um atestado de estupidez aos portugueses nos últimos 37 anos e acho que os portugueses não nos merecem isso.*

Relativamente a outros aspetos considerados no memorando de entendimento, como, ilegítimos, eu recorro que 80% dos eleitores nas últimas eleições legislativas votaram em partidos que subscreveram o memorando de entendimento. Se porventura pensávamos que estes partidos não iriam cumprir, seria um problema de cada um que votou. Mas a realidade é que 80% das pessoas que votaram, fizeram-no em partidos que subscreveram o memorando.

Esta é a verdade e ilegitimidade não existe.”

- moção apresentada pelo BE – aprovada por maioria, com dezassete votos a favor (dezasseis da CDU e um do BE), doze abstenções (PS) e três votos contra (PSD);

- moção apresentada pelo PS – aprovada por maioria, com dezassete votos a favor (doze PS, três PSD um do BE e um CDU), dezasseis abstenções (CDU).

A **Sra. Filomena Araújo** pediu a palavra para lembrar que na sessão anterior, 27 de dezembro p.p. a bancada do PS apresentou um requerimento a solicitar explicações ao HESE em relação à Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER).

Como até ao momento não obtiveram qualquer resposta, solicitou novamente a informação.



O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que cabia à mesa averiguar a situação, mas poderia lembrar que o Ministro da Saúde deu poderes aos Conselhos de Administração do Hospital, tendo estes delegado nas direções da urgência para garantirem a escala das urgências em relação ao INEM

Mesmo reformado, vai a cardiologia, pelo que a informação que está a dar é precisa, pois perguntou.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTO DE ATA

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à ponderação do plenário o projeto de ata:

- N.º 4-A de 27 DE DEZEMBRO DE 2013

Após a leitura do projeto da ata, a Sra. Florinda Russo verificou que alguns pontos não estão de acordo com o que se passou na referida sessão da Assembleia, pelo que solicitou a revisão das seguintes intervenções:

Página 10, linha 30 – onde se lê “...o Sr. Vereador João Rodrigues confirmou que a Câmara não tinha no momento 2.700€ para efetuar a obra, não querendo dizer que no futuro, tal pudesse acontecer...” não se recorda da última parte da frase.

“...Não olvidando que depois da conversa que tivera com a Sra. Presidente da Junta de S. Manços e S. Vicente do Pigeiro chegara ao seu gabinete o parecer dos serviços, sobre a dita, o qual comunicava que a limpeza da ribeira tinha duas competências, uma da responsabilidade da Câmara e outra da Fundação Eugénio de Almeida, sendo perceptível que esta instituição cedera à Junta de Freguesia aqueles terrenos...” não se recorda que tenha sido dito desta forma.

“...A ser verdade, teria que ser repartido entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, mas para isso teria que haver um documento que provasse que a Fundação dera o espaço...” perguntou, se a Câmara sabia mais do que ela própria, porque não tinha conhecimento da situação. O que está escrito não foi o que foi dito na realidade.

Na página 11, quando é referido “...Voltando a falar, o Sr. Vereador João Rodrigues, relativamente ao primeiro assunto, tomou a iniciativa de ler o parecer dos serviços, que é o seguinte: «Segundo as declarações da Sra. Presidente da Junta de Freguesia, está cedido à Junta, pela Fundação Eugénio de Almeida, o troço da margem esquerda»” Não se recorda destas passagens na sessão, pelo que agradecia que estas intervenções fossem ouvidas e retificadas.

O **Sr. Jerónimo José** referiu a existência de algumas divergências entre o que disse e o está escrito, na essência, não foi muito alterado o conteúdo.

No entanto, recorda perfeitamente de ter feito não um elogio mas sim um agradecimento ao Sr. Vereador João Rodrigues por ter enviado uma resposta passados 20 dias da ocorrência, pois não é muito comum receber cartas com a informação do acontecimento e o respetivo histórico.

Página 9, linha 9, substituir “elogiou o facto” por “agradeceu o facto”

O **Sr. Presidente da Câmara** interveio para precisar, que sempre que os membros da Câmara Municipal tivessem alterações ao projeto de ata as apresentariam por escrito, para facilitar os trabalhos.



Em seguida, o **Sr. João Rodrigues** disse, como era óbvio, não se lembrava do que tinha dito na sessão anterior. Lembrava-se de ter lido o parecer dos serviços, pelo que sugeria que a gravação fosse transcrita.

Tendo em conta as intervenções anteriores, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que as gravações seriam novamente ouvidas e retificadas as intervenções se se justificasse, pois acreditava que as mesmas correspondiam à gravação.

Como não se verificou consenso, a ata não foi aprovada, ficando a sua aprovação para a próxima sessão da Assembleia Municipal, depois de ouvidas as gravações em causa.

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração dos membros da Assembleia a correspondência recebida. Como não houve nenhuma questão, deu por terminado o PAOD, passando de imediato à Ordem do Dia:

I – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, artigo 3º, artigo 26º, nº1, alínea c) apresenta-se para deliberação, para o mandato 2013/2017:

PONTO I – N.º 1 – REPRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE ECONOMIA E TURISMO, em conformidade com a alínea b) do artigo 6º e da alínea b) do artigo 8º do respetivo Regulamento

Depois da apresentação do primeiro ponto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, lembrou que todos os membros receberam o CD com toda informação, pelo que cada um dos partidos teria que apresentar, um ou dois representantes (uma vez que estes podem acumular essa representação na Comissão Municipal de Economia e na Comissão Municipal de Turismo).

De seguida, passou às propostas apresentadas pela CDU, sendo que para a área da economia a proposta foi, Margarida Almeida e para a área do Turismo, João Simas. O PS propôs Francisco Chalaça quer para a área da economia quer para a área do turismo, e o BE propôs Bruno Martins também para as duas áreas, economia e turismo. O PSD propôs António Dieb também para as duas áreas.

Antes de proceder à votação, e devido às dúvidas existentes sobre a mesma, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a ler o regulamento “...*É por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições, e estejam em causa juízos de valor sobre pessoas, ou ainda quando a Assembleia assim o delibere...*” Esta questão já aconteceu na sessão anterior, tendo a Assembleia deliberado que não era necessário votar. Assim, chegando a consenso, não se verificou qualquer votação, ficando constituída a Comissão Municipal de Economia e Turismo.

Em seguida, o **Sr. Bruno Martins** considerou a necessidade de discutir se era passível de votação ou não, dado que o regulamento diz que a Comissão é constituída pelo Presidente da Assembleia Municipal e por um representante de cada força partidária, indicado por ela. A questão é saber se há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

ou não lugar a votação. Se não, os nomes estão indicados, se sim, e dado que existem nomes, sugeriu o voto secreto. Mas, afirmou, que em sua opinião não havia lugar a qualquer votação.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que se referiu a uma votação em bloco. Mas como atrás já havia afirmado, concorda com a posição do BE.

O **Sr. Henrique Troncho** disse que se for considerado ser uma lista composta por pessoas que os diversos partidos indicaram por consenso, não vê necessidade de votação secreta.

No sentido de simplificar, o **Sr. Capoulas Santos** afirmou concordar com a intervenção do Sr. Henrique Troncho, porque a haver uma deliberação, necessariamente terá que haver uma votação. Nesse sentido pensa ser correta a interpretação de votar uma lista, sem necessidade de recorrer ao voto secreto, mas que carece de votação para que exista deliberação da Assembleia Municipal.

A terminar a discussão sobre o este ponto, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém se opunha à constituição dos Representantes da Assembleia Municipal de Évora na Comissão Municipal de Economia e Turismo, colocando-o à votação, sendo aprovado, por unanimidade.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE SUBSCRIÇÃO DE TEXTO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** fez referência ao texto recebido por um grupo de subscritores em que apelam à defesa da escola pública, e que foi distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal.

II – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, a CME apresenta, para deliberação da AME, os seguintes pontos, com exceção dos n.ºs 1, 7, 8 e 9:

PONTO 1- N.º 1 - TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE ÉVORA.

Em relação ao Ponto 1 do N.º II da Ordem do Dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** principiou por referir que os Membros do Conselho Municipal de Segurança tomaram posse no início da sessão, pelo que passou de imediato ao ponto seguinte.

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO SOBRE OS DODUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013.



Ao apresentar o ponto o **Sr. Presidente da Câmara** começou por referir que estavam a fazer um exercício difícil, estavam a apresentar contas que corresponderam ao mandato anterior e que sob o ponto de vista político foram avaliadas nas eleições autárquicas.

Ainda assim, de forma a confirmar a informação prestada, aquando da discussão das Opções do Plano e Orçamento, e para dizer que as mesmas se confirmam, deixou as seguintes notas:

- Em relação aos resultados, a conta de 2013 apresenta resultados líquidos negativos de 12.706.000,00€, dos quais cerca de 10.000.000,00€ são referentes a amortizações; os resultados financeiros são também negativos num valor de 1,756.000,00€ bem como os resultados operacionais, também negativos num valor de 11.562.000,00€;
- A dívida, no final de 2013, rondava os 82.000.000,00€;
- A evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores no final de 2012 estava registada em 590 dias. No final de setembro de 2013 subiu para 827 dias e no final de 2013 está situada em 796 dias;
- O endividamento médio e longo prazo e o endividamento líquido (lembrou a nova lei das finanças locais que entrou em vigor em 01.01.2014, que alterou o conceito de endividamento pelo que o endividamento que refere, é o mesmo que era referido na anterior lei das finanças locais, dado que a nova lei agrava o conceito de endividamento).

O endividamento de médio e longo prazo foi excedido em cerca de 12.000.000,00€ e o endividamento líquido foi excedido em 9.256.000,00€.

O relatório refere mais pormenores. Mas como atrás referiu, as contas não são da direta responsabilidade da atual Câmara, pelo que se abstém de fazer mais comentários.

O **Sr. Henrique Troncho** perguntou diretamente ao Sr. Presidente da Câmara, de quem era a responsabilidade política do conteúdo técnico do documento (se o mesmo foi visto), se da atual ou da anterior Vereação.

A **Sra. Clara Grácio** interveio referindo que 2013, foi na sua maioria da responsabilidade do anterior mandato, dado que as eleições se realizaram em setembro.

Logo, a prestação de contas, tem que traduzir as opções políticas de quem está por detrás dessas contas.

É contra essas opções que a CDU está contra. Contra os garrotes que o concelho e a sua população sente, principalmente sobre a desastrosa opção ao aderir ao sistema multimunicipal de águas e saneamento. Lembrou que nessa votação como Vereadora da câmara de então, votou contra essa opção.

Foram feitas críticas e uma declaração de voto, que curiosamente, passados alguns anos, leu na ata dessa reunião de câmara, algumas afirmações do mesmo Presidente da Câmara – Dr. José Ernesto – a dar razão a algumas das questões que em 2002 estiveram na base do voto contra da CDU da adesão ao sistema multimunicipal.

Sendo que as contas apresentadas traduzem essas opções, a CDU não poderá votar favoravelmente os documentos de prestação de contas. O que não significa, por em causa, que as contas não tecnicamente bem-feitas, mas sim as opções que as mesmas traduzem.

Antes de passar a palavra, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o documento de prestação de contas tem 500 páginas e foi distribuído por todos os membros, em CD.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Sobre os documentos de Prestação de Contas o **Sr. Bruno Martins** passou a ler o seguinte texto: “A Câmara Municipal de Évora tem trazido a esta Assembleia Municipal orçamentos e consequentes documentos de prestação de contas que demonstram a péssima gestão municipal que os diferentes Executivos têm levado a cabo.

O orçamento de 2013 e os documentos de prestação de contas que agora veem a esta Assembleia assim o demonstram.

Confirma-se o que se previa. No final de 2013 o Município encontra-se numa situação financeira insustentável, A análise dos documentos permite perceber que houve apenas um saldo apurado de cerca de 4.000,000,00€ apesar do Município ter tido uma receita de capital, decorrente do PAEL, de mais de 25.000.000,00€.

Como seria o saldo apurado sem a entrada decorrente das verbas do PAEL? Um saldo negativo de mais de 20.000.000,00€.

Governos de Portugal penalizaram durante anos e continuam a penalizar as autarquias locais somados a gestões incompetentes levaram à situação de desequilíbrio financeiro estrutural em que o nosso Município se encontra. A solução PAEL, não é solução. Sabemos bem quem está a pagar este empréstimo. O anexo de demonstração de medidas decorrentes do PAEL (junto à prestação de contas e na situação financeira nestes dois meses), é algo que deve envergonhar todo o Município – Taxas máximas, IMI, participação no IRS além do aumento de todas as tarifas e taxas pagas pelos municípios, demonstram bem, quem paga pelos erros dos que governam, nacional e localmente.

Localmente, é sabido há muito que os negócios calamitosos com a Águas do Centro Alentejo e GESAMB são uma fatura demasiado cara para o Município. O anterior Executivo percebeu demasiado tarde que estes negócios eram ruinosos, e ano após ano somos obrigados a pagar esta fatura que incide diretamente sobre a qualidade de vida dos nossos cidadãos e cidadãs e sobre o equilíbrio financeiro do nosso Município, que é hoje, nada mais que uma miragem.

Uma fatura anual de 1,2 milhões de euros para a GESAMB e despesas previstas de mais de 20 milhões de euros para a fatura da água, são incompatíveis com a saúde financeira e económica que todos desejamos.

Acrescem a estas despesas o pagamento da fatura em juros do PAEL, além da fatura paga por todos os municípios. Os negócios calamitosos ficam expostos na análise da dívida a fornecedores e outros credores.

No ano de 2013 e admitindo que apenas foi utilizada a primeira tranche do PAEL cerca de 20 milhões de euros, dado que a segunda tranche chegou em Dezembro para pagar fornecedores, a dívida a estes, apenas desceu 11 milhões de euros. Como se explica este fator? Como é possível haver retoma financeira com tão grandes negócios ruinosos?

O atual Executivo faz um balanço geral da situação financeira, e além de vários reparos mais ou menos diretos à forma como o PS geriu a Câmara Municipal, aponta um fator extremamente penalizante para o Município – três leis nacionais – Lei das Finanças Locais, Lei do Orçamento do Estado e PAEL.

Assim pergunto ao Executivo, pelo que agradecia uma resposta o mais direta possível, qual o plano real e concreto para uma oposição forte a estas leis que asfixiam o Poder Local Democrático?

O BE disponibiliza-se desde já para uma ação concertada com grande envolvimento popular de oposição às referidas leis.

Tendo em conta o exposto e dado que estamos perante a prestação de contas de uma má gestão camarária, que evidencia um mau negócio com a Águas do Centro Alentejo, com os impactos negativos do PAEL na vida dos nossos concidadãos, a diminuição das transferências do Estado, sem menção a qualquer imposição forte e opressiva por parte do Município a não ser, somar mais dívida



à dívida, o BE votará contra os Documentos de Prestação de Contas de 2013 do Município de Évora.”

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Francisco Chalaça** que começou por perguntar o porquê de não terem recebido, em anexo aos restantes documentos, o relatório da ROC, à semelhança dos anos anteriores, que permitia uma análise mais aprofundada das contas.

Nos dois mandatos anteriores apenas em 2009 aconteceu algo parecido, de que resultou a seguinte intervenção que passou a ler – ata 17 abril 2009 - de um ex-membro da Assembleia que *“manifestou a sua surpresa pela não apresentação do relatório da ROC achando-o ineficaz para os membros analisarem as contas em apreço, sustentando que o trabalho do ROC é para ir ao fundo das questões informando pormenorizadamente as matérias. Para si, tratava-se de um caso absolutamente inaceitável e inadmissível. Não poderia deixar de chamar a atenção do Sr. Presidente da Assembleia de Évora, por esta falha por parte do Sr. Presidente da Câmara. Trata-se de um escamoteamento de informação sobre matérias essenciais ao cumprimento de obrigações da Assembleia Municipal.”*

Continuou a ler parte da ata referida *“Não era suficiente a certidão entregue pela ROC para os membros da Assembleia poderem votar em consciência, afirmando que os mesmos precisavam ter na sua posse todos os documentos necessários para proceder em conformidade”*.

Em seguida, esclareceu que a intervenção que referiu, foi proferida pelo primeiro eleito da lista à Assembleia Municipal da CDU, Dr. Abílio Fernandes. Concorda com as palavras então ditas e considera imprescindível terem recebido o relatório da ROC.

Outra questão que queria colocar, era em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara quando referiu a dívida de 82 milhões de euros, como consta do balanço. É um facto, mas pensa que é um truque como demonstrará, através dos elementos fornecidos pela Câmara. A dívida, afirmou, não é de 32 milhões como se pode comprovar no documento da atual situação financeira, pág, 44 é dito que foram recebidos no âmbito do PAEL em 2013, €25.773.000,00 e que a IGF procedeu ao segundo reembolso no final de 2013 no valor de 6.433.000,00€, o que significa que o pagamento a fornecedores, na sua quase totalidade, se verificou em 2014 – janeiro e fevereiro. Assim, os 25 milhões recebidos do PAEL, contabilizados e aumentados à dívida, não foram utilizados em 6 milhões nos pagamentos respetivos em 2013, o que significa que as dívidas não diminuíram em 2013 mas sim, em 2014.

Não é necessária, nenhuma análise muito profunda e são os documentos facultados pela Câmara que mostram este resultado.

Em relação ao PAEL, e valendo-se dos mesmos documentos da Câmara, referiu *“outra rubrica que apresenta percentagem muito elevada no primeiro trimestre do ano é a dos juros, 72,8. resultado dos enormes encargos bancários agora acrescidos com o PAEL, mas também do número crescente de fornecedores que nos lançam juros moratórios pelo atraso nos pagamentos”*.

Assim, chamou a atenção para os 72,8%, que significa estarem executados no primeiro trimestre 3 vezes o que a Câmara tinha previsto executar ao longo do ano. Não sendo aceitável que estivessem bem orçamentados os juros do PAEL, cuja taxa é conhecida, ao existir um desvio de 72%, nunca poderá ser nos juros do PAEL, por ser uma taxa conhecida.

Sempre tem defendido que a Câmara não se pode queixar da execução financeira do PAEL, tendo em conta o valor dos juros, 3%, quando os fornecedores cobram a 6% .

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal respondeu ter remetido toda a documentação que lhe foi entregue.



Seguiu-se a intervenção do **Sr. Presidente da Câmara** que começou por responder ao Dr. Henrique Troncho, referindo que formalmente a apresentação das contas é do atual Executivo e do Presidente da Câmara. Optaram por solicitar aos serviços que fizessem um relatório de tudo o que foi feito em 2013, que posteriormente foram integrados sem quaisquer alterações por parte do atual Executivo, de forma a que o documento fosse o mais fiel possível na tradução dos serviços em relação à atividade do ano de 2013.

Não voltou a referir-se a questões tal como fez aquando do orçamento e do plano porque seria repetir-se, como o que consideram ser as causas da situação que se vive na Câmara.

Apenas reafirmava o que disse nessa altura.

Por uma questão de rigor, e para deixar claro, sobre o PAEL, referiu que em termos globais foi pedido o valor de 32.000.000,00€. As duas primeiras tranches já chegaram, sendo que a primeira entrou no mandato anterior e a segunda tranche entrou no final de dezembro (como é referido no documento). É verdade que boa parte dessa dívida foi paga em 2014. A terceira tranche foi recebida já em 2014, como contratado, e só após prova dos pagamentos efetuados de cada tranche, tal como haviam sido listadas as dívidas para o governo, era possível receber a próxima tranche.

Mais uma vez, em resposta ao Dr. Bruno Martins, existe, em sua opinião, uma substancial diferença entre o contrato com a GESAMB e o contrato com o sistema multimunicipal Águas do Cento Alentejo. Dirá apenas, se a GESAMB fosse um sistema multimunicipal, neste momento estaria a ser discutida a privatização através da EGF, decidida pelo governo e que está em curso. Só naquelas condições seria possível mantê-lo na esfera pública e sob controlo das autarquias locais.

Em relação à lei das Finanças Locais, começou por informar que a Câmara tomou a iniciativa de propor ao Conselho Geral da ANMP uma iniciativa dirigida ao Governo e Assembleia da República com as seguintes demonstrações:

- Que os pressupostos, que levaram à construção desta nova lei das Finanças Locais, está documentada e provadamente errados – o Governo apresentou como estudos que as autarquias iriam ter acréscimos em termos globais de 750 milhões de euros. A ANMP fez os seus estudos tendo concluído que o acréscimo nunca irá além de metade do valor referido pelo Governo, 350 milhões de euros. Em 2013 o acréscimo não chegou aos 200 milhões de euros. Assim, o acréscimo que era esperado por via do IMI não compensa os cortes num conjunto de outros impostos, IMT e derrama, a partir de 2015.

Se esta lei não for alterada, as finanças das autarquias terão a partir de 2015, rombos colossais e impossíveis de sustentar do ponto de vista económico e financeiro.

Por estas razões, a lei está “ferida de morte”, logo não pode ser implementada, sob pena de causar uma catástrofe no Poder Local Democrático.

- Em relação ao PAEL, foi proposto que a ANMP avançasse com uma proposta conjunta com as restantes câmaras, sendo que a maioria das autarquias concorda com a negociação, pelo que foi decidido levar junto do Governo a negociação do contrato do PAEL, no sentido de amenizar as questões mais negativas. O contrato e transmissão da posição dos municípios, será feito pela direção da ANMP.

- Em relação ao relatório da ROC, afirmou não saber o que tinha acontecido para que não tivesse sido entregue. Em relação à Câmara foi entregue com atraso, mas já estava disponível, pelo que iria verificar o porquê de não ter sido entregue e distribuído aos membros da Assembleia. Concorda que é um documento fundamental para avaliação das contas.

- Em relação ao PAEL e às dívidas, confirmou de duas maneiras, o que foi dito. A Câmara apresentou dois documentos propositadamente. Quando o atual executivo tomou posse a dívida da



Câmara ascendia a 83 milhões de euros, como está documentado e como foi apresentado no Plano e Orçamento. Com a entrada da segunda tranche do PAEL em dezembro, como uma parte foi paga em janeiro e fevereiro, corresponde ao que foi dito pelo Dr. Chalaça. Mas o valor global da dívida é de 83 milhões de euros, retirando o valor da tranche do PAEL, no final de 2013, a dívida seria cerca de 5 milhões mais baixa do que consta nos documentos, e não os 83 milhões correspondentes a outubro de 2013.

- Em relação aos juros a discussão já foi feita, apenas dirá que a Câmara está a pagar os juros que foram sendo debitados, mas têm sido feitas um conjunto de negociações, de forma a evitar que sejam pagos juros de dívidas que ainda não pagou. Conseguiu-se que algumas empresas perdoassem dívidas significativas. Foi impossível negociar todas as dívidas. A evolução dos juros é uma preocupação.

O **Sr. Henrique Troncho** interveio para lembrar que estavam a apreciar o documento de prestação de contas de 2013, que formalmente é responsabilidade do atual Presidente da Câmara e atual Executivo.

Este documento expressa o que se passou em termos de contas, durante um ano, repartido com nove meses de gestão do PS – maioria relativa, e três meses de gestão da CDU – maioria absoluta.

Compreende que a CDU não concorde com a anterior gestão PS tal como também o PS não concorda com a atual gestão CDU. Mas, não se podem aprovar documentos em três quartos e um quarto, existe o sentido de responsabilidade. Não obstante a responsabilidade formal ser do atual Executivo e do atual Presidente da Câmara a apresentação das contas, o PS estava disponível para viabilizar o documento porque tem sentido de responsabilidade e devido à gestão “partilhada”, acreditaram na possibilidade de uma conjugação de sentidos de responsabilidade para que o documento fosse aprovado.

É surrealista, que o próprio Presidente da Câmara, que apresenta um documento da sua responsabilidade se tenha absterido, tal como a maioria que o suporta.

Sobre a Câmara Municipal a bancada do PS não faz juízos de valor, mas sobre a Assembleia Municipal declara *“O PS só votará favoravelmente o documento se a CDU também o votar. Se a CDU se abster o PS abster-se-á também, o que significa que o documento não será aprovado, a menos que o PSD, o vote favoravelmente”*.

Na sequência desta intervenção o **Sr. Francisco Chalaça** retomou a questão da dívida para que fique esclarecido e para memória futura.

O Sr. Presidente da Câmara afirmou que a dívida em outubro era de 83 milhões de euros. Reconheceu posteriormente que a aduzir as faturas não pagas do PAEL remete a dívida a 31 de dezembro para 76 milhões de euros, o que representa um diferencial de 7 milhões de euros.

O Presidente da Câmara reconheceu que de outubro até ao momento, para além das despesas correntes amortizou do total da dívida 7 milhões de euros.

O **Sr. Presidente da Câmara** voltou a intervir para esclarecer que disse, que o valor que não foi pago na segunda tranche, do PAEL ronda os 4 milhões de euros.

Em nova intervenção, o **Sr. Francisco Chalaça**, referiu que após leitura do documento, a informação diz que só no mês de janeiro são mais de 5 milhões de euros sendo o restante pago em fevereiro.

Pela forma como o texto descreve, são referidos 6.223.000,00€, que passam e no mesmo constam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Sendo assim, 82 milhões em outubro se, se deduzir 74 milhões, desapareceram 7 milhões. Não acredita que com a situação que tem sido apregoada e todas as dificuldades, a Câmara tenha conseguido amortizar 7 milhões numa dívida, para além das despesas normais.

Em sua opinião ou houve um engano, ou os dados facultados não eram corretos ou então a conta está mal elaborada. As contas são fáceis de fazer.

Que fique claro para o futuro, que o Sr. Presidente da Câmara diga com toda a clareza qual é o valor da dívida, para que todos a partir deste momento possam ter a certeza quais são na realidade os números.

Considerou, bastante curioso que 76 milhões euros, é pouco diferente do herdado em 2001.

Como resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** disse apenas que a dívida foi apurada documentalmente, pelo que faz questão, de entregar documento a documento à Assembleia com os valores da dívida de forma a esclarecer de vez, e para que não restem quaisquer dúvidas.

O **Sr. Capoulas Santos** interveio para dizer, que nas atuais circunstâncias, a bancada da CDU deveria anunciar o seu sentido de voto, pois ficou claro que a bancada do PS se irá abster se a bancada da CDU se abster. Neste caso, o BE já anunciou que irá votar contra, o que significa, se o PSD votar contra, a Câmara irá ficar sem a prestação de contas de 2013 aprovadas.

O **Sr. Nuno Alas** considerou que se estava perante uma situação conflagradora. Os responsáveis pela gestão anterior – PS e CDU – pelo que o PSD, não perante a tecnicidade do documento, mas pela situação que se gerou, e não tendo sido os responsáveis pela gestão da Câmara, também se irá abster na votação se for esse o sentido de voto das bancadas da CDU e do PS.

Terminou, afirmando que a melhor solução para Évora, não será a abstenção.

Nova intervenção do **Sr. Henrique Troncho** que chamou a atenção para a intervenção do Sr. Nuno Alas, e lembrou que a responsabilidade é partilhada pelo PS, CDU e PSD. Não havia uma maioria absoluta. Tudo que aconteceu nos primeiros nove meses, foi votado na Câmara Municipal pelo PS, CDU e PSD. Em contrapartida, o que aconteceu nos últimos três meses é apenas responsabilidade da CDU porque não precisou dos votos de mais nenhum partido.

O PS estava e continua a estar disponível para viabilizar um documento que a lei estabelece (e não é por acaso), que é da responsabilidade do Executivo que está em funções. Mas se a CDU se bastem também o PS se irá abster.

A **Sra. Clara Grácio** considerou que a situação era um ato muito grave – a prestação de contas.

Todos os documentos são importantes, mas este documento é importantíssimo para a evolução de todo o projeto autárquico, pelo que a CDU não deixará que esse projeto não seja executado.

Assumindo que a CDU discorda na quase totalidade das opções tomadas no anterior e anteriores mandatos, que deixaram a autarquia na situação financeira e desastrosa em que se encontra, é preciso romper com essas opções.

O novo projeto autárquico foi a mudança que o povo de Évora escolheu, e a CDU terá que seguir a escolha da mudança das opções autárquicas. Assim, será feito responsabilmente o que for necessário para que o projeto de mudança tenha execução. Não se está a jogar. Está a ser discutido e decidido algo muito importante e decisivo para o futuro do concelho de Évora. O documento será aprovado.



O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que mesmo não estando presente o relatório da ROC as contas foram aprovadas pela ROC.

Em resposta à intervenção da Sra. Clara Grácio, sobre o sentido de voto nas eleições e à mudança, o PS não discute, afirmou o **Sr. Henrique Troncho** são democratas, respeitam a vontade popular, quando é favorável e desfavorável a nível local e nacional.

O que está em causa é a aprovação de um documento com o que se passou em 2013, e o que interessa é saber se o documento exprime corretamente o que se passou ou não.

É óbvio que o PS já mostrou ser responsável votando favoravelmente o que tinha que votar, e se fizesse como a CDU enquanto oposição teria votado contra.

Até ao momento estavam disponíveis para viabilizar o documento de prestação de contas de 2013, não abstando-se mas de forma responsável, votando-o favoravelmente, porque retrata também o que se passou em nove meses de gestão PS.

Não é jogo para a CDU mas também não é para o PS. É preciso ser claros e pensar que o documento é da responsabilidade do atual Presidente da Câmara suportado pela CDU. O PS não está disposto a votar favoravelmente se a CDU votar contra.

No sentido de responder à intervenção da Sra. Clara Grácio, o **Sr. Capoulas Santos** frisou que ao ouvir falar em “jogos de poder” ficava muito satisfeito por ter criticado de forma tão clara e frontal a Câmara. Quem fez o jogo, foi a Câmara e a CDU, pelo que, se quiserem aprovar as contas, terão que votar contra o que a CDU fez.

Se votarem contra o que o Presidente e os Vereadores fizeram na Câmara Municipal estão a desautorizá-los e a acusá-los de um jogo político que prejudica o Município. Assim, vão fazer o contrário do que eles fizeram supostamente, agora, em nome do interesse municipal, que a Câmara recusou ao votar de forma diferente do Executivo.

No sentido de esclarecer a situação da Câmara, o **Sr. Presidente da Câmara** referiu, que aquando da apresentação da prestação de contas, informou de imediato, que a posição da CDU seria de abstenção se o PS não aprovasse as contas. Se o PS se abstivesse ou votasse contra, o Presidente da Câmara votaria a favor para garantir a aprovação da prestação de contas.

Esta informação foi prestada antes da aprovação das contas, como forma de dizer que a CDU assumiria a responsabilidade com toda a naturalidade.

Depois do esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. José Russo** afirmou que a CDU iria votar favoravelmente. São responsáveis, sem querer dizer que o PS não é responsável. Lembrou que não era a primeira vez que acontecia, a CDU na Câmara votar num sentido e na Assembleia votar noutro. Quando é necessário, a CDU tem essa capacidade.

Mas, é seu entendimento, não ser comparável a gestão dos nove meses do PS, que vem de dose anos de gestão municipal com a responsabilidade da gestão de três meses da CDU, que acabou de tomar posse.

Estas realidades são incomparáveis. Mas o PS é mestre nos engenhosos esquemas. Estes são os “jogos” ou “engenhos” a que se referiu Clara Grácio.

Esta é a realidade. A CDU sabe assumir as suas responsabilidades, e será com tranquilidade, como já foi referido, que as contas serão votadas favoravelmente.

Terminou a afirmar que “o mais importante é o que vem a seguir, não o que fica para trás”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Nuno Alas**, lembrou que não cabia à Assembleia Municipal fazer a avaliação dos atos do Sr. Presidente, mas o que acabou de relatar da reunião de Câmara, é também o sentir do PSD.

Embora tenham votado através da abstenção as últimas prestações de contas, consideram-se os menos responsáveis em todo o processo. A não aprovação das contas trará consequências graves para o Município e não poderão alhear-se dessa responsabilidade enquanto políticos responsáveis.

Consideram o documento técnico bem feito pelos serviços e que as opções e alterações políticas tomadas em 29 de setembro estão refletidas nas opções do plano e orçamento para 2014 que a maioria aprovou.

Afirmou que o PSD estava disponível para encontrar uma solução.

O **Sr. Capoulas Santos** voltou a intervir para saudar o sentido de responsabilidade da CDU e enfatizar que esse sentido se verificou nos últimos quinze minutos. Na primeira intervenção da Sra. Deputada Municipal Clara Grácio ao explicar a razão do voto contra da CDU, são exatamente o oposto do sentido de responsabilidade evocado pelo Sr. Deputado Municipal José Russo.

Mesmo chegando tarde, é sempre de saudar o sentido de responsabilidade.

A **Sra. Margarida Almeida** lembrou que na última hora só ouviu falar em divisão da gestão do Município em três quartos para um lado e um quarto para outro, sendo que, se centra na passagem dos três quartos para um quarto a alteração de Executivo e mandato. Ninguém acredita que ao chegar o novo mandato se inicia tudo de novo, cortando com tudo que existiu até ao momento. Não acontece assim em lado nenhum. Há coisas que estavam em execução que não são passíveis de fecho no momento das novas gerências.

Apelando à responsabilidade tanto repetida, considera não aprovar contas cuja responsabilidade cabe em três quartos ao PS e um quarto à CDU. Pensa que se forem feitas estatísticas com rigor será bem mais que três quartos, mas ainda assim, o documento será aprovado.

Sem resistir à estatística referida pela Sra. Margarida Almeida, a **Sra. Paula Deus** lembrou que 25 desses anos são também responsabilidade da CDU. A estatística não serve apenas para o Governo Nacional, serve também para o Governo Local.

Não conhece engenhos nem engenhocas, conhece apenas partidos que trabalham com rigor. Acredita que em Democracia, todos trabalham com rigor e com sentido de Estado, pelo que, o que está em causa é um documento feito com rigor, pelos técnicos da Câmara que merecem todo o respeito pela seriedade e zelo com que fazem as coisas. Isso nunca devia estar em causa.

O **Sr. Bruno Martins** interveio para referir que a Assembleia não estava a votar o trabalho dos técnicos nem a forma organizada como estavam apresentadas as contas. Se assim fosse, não seria necessário a votação, pois confia cegamente no trabalho dos técnicos da Câmara.

Para que fique bem claro, a Assembleia Municipal, está a votar sim, opções políticas.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Documento de Prestação de Contas de 2013, que foi aprovado por maioria com trinta votos a favor (dezasseis da CDU, onze do PS e três do PSD) e um voto contra (do BE)

Declaração de voto Sra. Clara Grácio: “*Solicito que as últimas palavras da minha última intervenção fossem consideradas como declaração de voto*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins: *“Porque o BE só conhece uma forma de votar contra, que é votar contra, gostaria que a minha declaração inicial fosse entendida como declaração de voto”.*

Declaração de voto do Sr. Nuno Alas: *“Gostaria que a minha última intervenção fosse considerada como declaração de voto”.*

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que se iria retomar o ponto 2) *subscrição de texto em defesa da escola pública*, que foi interrompido dado que o mesmo não foi distribuído por todos os membros. O Sr. Presidenta da Assembleia passou a ler o respetivo texto que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante,

Depois da apresentação do texto, o **Sr. Nuno Alas** afirmou entenderem o apelo nos termos do art.º48.º n.º 4 do Regimento da Assembleia Municipal, e só nesse sentido caberia à Assembleia Municipal decidir sobre a forma como abordar o apelo apresentado. Ao ser enviada a convocatória, O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propõe o assunto para deliberação. Em seu entendimento, essa decisão caberia à Assembleia e não ao seu Presidente. Não está em causa a essência do documento, mas sim a forma como o mesmo chega aos membros da Assembleia.

Como resposta o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** concordou, que o documento foi apresentado para discussão na Assembleia e posterior deliberação, se for essa a vontade dos membros da Assembleia.

Em nova intervenção, o **Sr. Nuno Alas**, disse não ser esse o seu entendimento. Em sua opinião, um documento desta natureza, com toda a legitimidade a ser submetido à Assembleia Municipal, deveria ser a Assembleia Municipal a validar uma votação, de forma a fazer a diferença entre este, e qualquer associação a enviar deliberações ou apelos de forma a que todos tenham que ser votados. Em primeiro lugar deveria ser votada a pertinência do tema e só posteriormente votar ou não, o próprio apelo.

Da intervenção do Sr. Nuno Alas o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deduziu que deveria sempre, no início de cada sessão ser votada a ordem do dia, dado que o problema consiste em incluir ou não o apelo na ordem do dia.

Sugeriu que o ponto fosse retirado para voltar numa sessão posterior.

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Bruno Martins** que concordou com o Sr. Nuno Alas, pelo que sugeriu a votação em primeiro lugar, se o texto será ou não deliberado.

O **Sr. João Lourido** lembrou que a ordem do dia é da responsabilidade do Presidente e da Mesa. Aos Membros da Assembleia Municipal chegou a ordem do dia que em causa. Até ao momento não houve nenhum Grupo Municipal que se tivesse pronunciado contra ela. Pensa que não fazem sentido as intervenções anteriores.

Se se concorda, o ponto é discutido e votado, se não, a Assembleia delibera se subscreve ou não o documento/apelo apresentado.

A ordem do dia não pode ser alterada quase no final da sessão. A sê-lo, teria que ser no início.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Como informação o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento aos membros, que consultou a Mesa para incluir este ponto na ordem do dia, que concordou.

O **Sr. Bruno Martins**, interveio na qualidade de membro da Mesa, confirmando que pela primeira vez, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal falou com os Secretários sobre a ordem do dia, tendo-se referido a esta questão. Enquanto Secretário da Mesa, assumiu o erro.

Lembrou no entanto que a Ordem do dia foi divulgada e nenhuma questão foi levantada, pelo que considerou “má-fé”, neste momento solicitar para o ponto ser retirado. Deveria ter sido solicitado no início da sessão.

Na sequência destes acontecimentos, propôs que em primeiro se delibere se é assunto para deliberação e depois se faça ou não a votação do mesmo.

O **Sr. António Dieb** retorquiu que não havia qualquer indício de “má-fé”. Que erros desta natureza podem ocorrer, como têm ocorrido, ao longo dos 8 anos em que leva como membro da Assembleia Municipal.

Só se aperceberam do teor do ponto hoje, já a sessão da Assembleia decorria. Mas, a questão não está na discussão do conteúdo. Se há alguma intenção de dar pressa ao conteúdo do texto, votando-o ou recusando-o, então que se faça O PSD não tem qualquer receio das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal. O quer assegurar é o comprometimento do Sr. Presidente de que será introduzido em qualquer ordem do dia, para deliberação, todo e qualquer pedido, petição, moção, sugestão, crítica etc., que lhe chegue até ao final do mandato, de qualquer cidadão ou associação.

Pessoalmente não conhece a associação em causa, não duvida que seja meritória, credível e respeitável do país, como será outro qualquer cidadão que apresente texto ou moção que para deliberação da Assembleia Municipal. Depois de auscultar os secretários da Mesa. O Sr. Presidente compromete-se, em agendar esses pedidos, que em coerência foram aceites pelos Secretários, até ao final do mandato, e então “bem-vindos à democracia”.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** voltou a intervir para reafirmar que não havia nenhuma pressa na aprovação do documento. Na medida em que o objetivo do apelo está garantido – discussão na Assembleia da República.

Tendo-se verificado um erro processual da Mesa, e de forma a prevenir riscos futuros, perguntou se havia alguma objeção a retirar o ponto desta sessão, voltando o mesmo a próxima sessão da Assembleia Municipal-

Como resposta, o **Sr. António Dieb** afirmou que a bancada do PSD irá acompanhar favoravelmente, qualquer decisão ou proposta apresentada à Assembleia pelo Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs então retirar o ponto, devendo o mesmo voltar à Assembleia Municipal na próxima sessão.

Afirmou compreender as questões colocadas pelo Sr. Nuno Alas, mas tendo em conta que o ponto faz parte da ordem do dia, a **Sra. Clara Grácio** considerou, que poderia ser colocado à Assembleia a suspensão e não a retirada do ponto. Não se resolve um erro com outro erro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** voltou a intervir referindo que enquanto membro da Assembleia Municipal assistiu várias vezes a serem retirados pontos pelas diversas forças políticas e pela Câmara.

Não é caso inédito. Considera grave, em relação ao futuro, que a Mesa se sinta obrigada a trazer à Assembleia Municipal todos os apelos, moções, sugestão etc.

Neste sentido, propôs e cada membro votará de acordo com a sua vontade.

O **Sr. Henrique Troncho** pensa não ser nenhum erro grave. Percebe também a posição do PSD. Lembrou a anterior prática que em seu entender, podia ser retomada. O BE tem um representante na Mesa, o PS também está representado, a CDU tem o Sr. Presidente, o PSD não está representado na Mesa.

Dava-se conhecimento aos líderes das bancadas qual a ordem que estava programada de forma a que estes se pudessem pronunciar. Acredita que nesta situação, se assim se continuasse a proceder, teria ajudado.

A proposta do Sr. Presidente da Assembleia, é em seu entender, a mais sensata. O PS também não conhecia o texto, embora pareça sem qualquer problema, seria mais sensato discuti-lo na próxima sessão.

O **Sr. Jorge Lourido** concordou com a proposta, afirmando que não era necessária mais discussão.

O **Sr. Bruno Martins** chamou a atenção para o art.º referido pelo Sr. Nuno Alas, que refere ainda que “...as petições são dirigidas ao Presidente da Assembleia Municipal, que as dirige aos membros da Assembleia Municipal que deliberam sobre a forma de tratamento da mesma...”.

Depois de ler o artigo, quer crer que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deveria ter apresentado a petição no PAOD, procedendo-se nesse momento à sua discussão.

Assim, a sua proposta vai no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na próxima sessão, apresente no PAOD a petição para discussão.

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia objeções à proposta apresentada pelo Sr. Bruno Martins, não se tendo verificado nenhuma objeção a sugestão foi aceite, por unanimidade.

PONTO II- Nº 3 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E DA RECEITA/ 2014.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, que iniciou a intervenção referindo que esta 1.ª revisão era mais de ordem técnica por tratar da transferência do saldo de gerência de 2013 para 2014.

Como já foi referido, o valor do saldo subiu substancialmente devido ao PAEL, propondo-se a sua inclusão no orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Seguiu-se a intervenção do **Sr. Francisco Chalaça** para perguntar se o POCAL também obriga, para além do saldo inserido no orçamento, haver uma deliberação sobre a aplicação dos resultados que foram apresentados. Pois é habitual ser em simultâneo.

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que em relação aos resultados transitados, a proposta foi feita na própria conta de gerência, dado o seu valor. Ao aprovar a conta de gerência são aprovados os resultados transitados.

O **Sr. Henrique Troncho** interveio para dizer que o Grupo Municipal do PS se irá abster na votação deste ponto, em consonância com o ponto do orçamento, em que votou contra apenas por uma razão de natureza legal.

Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com dezoito votos a favor (quinze da CDU, três do PSD) e doze abstenções (onze do PS e uma do BE)

PONTO II – N.º- 4 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DO NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O **Sr. Presidente da Câmara** considerou a proposta esclarecedora, disponibilizando-se para responder, a eventuais questões.

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à discussão, não havendo nenhuma intervenção, o mesmo foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade.

PONTO II – N.º- 5 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 9.º DO REGULAMENTO DOS MERCADOS.

Numa breve nota o **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que a utilização desta infraestrutura implica por parte dos seus exploradores investimentos pelo que lhes deve ser concedido algum tempo de forma que possam recuperar esse investimento.

Não se verificando nenhuma intervenção o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto à votação, sendo este aprovado por unanimidade.

PONTO II – N.º- 6 – TOMADA DE CONHECIMENTO ACERCA DO PLANO DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI) 2014/2015 E DO PLANO OPERACIONAL MUNICIPAL (POM) /2014.



O **Sr. Presidente da Câmara** chamou a atenção para este ponto, tendo em conta que o mesmo era apresentado para “tomada de conhecimento”. Levantaram-se dúvidas se um plano com estas características deveria ou não ser discutido e votado na Assembleia Municipal.

Não sendo de extrema urgência, sugeriu que fosse dado conhecimento do mesmo e que em próxima sessão da Assembleia Municipal se discutisse e votasse.

Para prestar qualquer informação ou esclarecimento sobre estes planos, o Comandante Piteira estava disponível, na sala, para esclarecer todas as questões.

Não se verificando nenhum pedido de esclarecimento, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** considerou que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2014/2018 e do Plano Operacional Municipal (POM) /2014;

Depois da votação o **Sr. Capoulas Santos** pediu a palavra para perguntar, tendo em conta as chuvas fortes da primavera e forte probabilidade de muitas matérias combustíveis, se estavam contempladas medidas nesse sentido.

O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que a revisão do plano foi tratada na globalidade, mas foi tido em conta o risco acrescido de incêndios dada a quantidade de matéria combustível que prolifera por todo o lado.

Por último, agradeceu a presença do Comandante Piteira.

PONTO II – N.º 7 – INFORMAÇÃO SOBRE O PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO /2013.

Em relação a este ponto, o **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que era apenas um relatório sobre esta matéria, obrigatório a ser enviado para o Conselho Nacional, e sobre o qual tinha que ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.

PONTO II – N.º 8 – TOMADA DE CONHECIMENTO ACERCA DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DO SITEE-SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES E ESTACIONAMENTO DE ÉVORA – EM, LDA. /2013

O **Sr. Presidente da Câmara** chamou a atenção para o facto de este ponto ser apenas para conhecimento, e lembrou que desde o anterior mandato o SITEE como empresa municipal está em fase de extinção a ser internalizada no Município.

Essa informação foi dada nessa altura e neste momento são apresentadas as contas relativas ao ano de 2013.



Espera que no decorrer de 2014 se completa a sua internalização.

PONTO II – N.º 9 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA ACERCA DAS ATIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer, que para além do que foi distribuído, gostaria de acrescentar as seguintes informações:

- Lei das Finanças Locais que já deixou num ponto anterior pelo que não irá repetir, apenas deixar a nota de que foi colocada à ANMP e aceite;
- Saiu legislação sobre a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, que mais não é que um atentado ao Poder Local dado que a Entidade passa a ter poderes para determinar as tarifas da água, saneamento e resíduos, impondo-as aos municípios e à população. Também esta questão foi colocada à ANMP no sentido de serem tomadas medidas para contestar esta situação;
- Foi iniciado um programa de longa duração de limpeza e requalificação do espaço público. Foi feito um levantamento na primeira fase de todos os espaços públicos do Centro Histórico de Évora, o que deu cerca de 6.000 espaços. Será feita a limpeza, espaço a espaço. O programa começou na Praça do Giraldo prolongando-se por todo o Centro Histórico e pelo resto do concelho;
- Chamou a atenção para grandes eventos que Évora recebeu, como a Volta ao Alentejo, que voltou a Évora passados 3 anos e que terminou na Praça do Giraldo; o Congresso de Sociologia, com grande impacto nacional e internacional com cerca de mil participantes; e no último domingo, uma prova de ciclismo de grande dimensão, o Grand Fond Challenger que trouxe a Évora mais de mil ciclistas bem como acompanhantes, que foram mias um contributo importantíssimo para a economia da cidade, mas mais ainda para a divulgação da cidade. Espera que esta prova se repita;
- Por último, informou estar em curso a reorganização dos serviços municipais, aberta à participação. Se os membros da Assembleia Municipal quiserem dar contribuições, serão aceites. Em termos de discussão esta reorganização prolongar-se-á até finais de maio;
- O Município participou com os municípios de Guimarães e Poto em Guimarães para discutir a questão do IMI nos Centros Históricos e a cooperação entre os Centros Históricos tendo em conta o novo quadro plurianual da EU;
- Foi assinado o 1.º Acordo Coletivo entre a Entidade Empregadora Pública com o STAL, procurando-se assim garantir, as 35 horas de trabalho semanal. Foram convidados os outros sindicatos para poderem assinar com a Câmara um acordo nas mesmas circunstâncias;
- No próximo sábado realizar-se-á, a visita embora rápida, assim mesmo importante do Sr. Primeiro-Ministro do Japão. Será recebido na Câmara Municipal e passeará até à Sé, que irá visitar;
- Por último, referiu-se às Comemorações dos 40 Anos do 25 de Abril, considerando-as dignas, salientando a Sessão Solene da Assembleia Municipal, realizada na Praça do Sertório.

Como o Sr. Presidente da Câmara não se referiu à execução financeira, que também consta da prestação de contas, o **Sr. Francisco Chalaça** disse que não poderia deixar de dizer que o documento é idêntico ao apresentado nos anos anteriores, carece dos mesmos problemas, carece de execução na despesa e escassez na recolha de receita.



Está curioso, sem acreditar que o Sr. Presidente da Câmara consiga obter em 2014 resultados operacionais positivos, como consta da ata. Bem como a intervenção do Sr., António Dieb afirmando que votava favoravelmente por considerar esse objetivo correto.

Espera que o Sr. Presidente da Câmara não volte a queixar-se dos juros do PAEL. Até ao momento foram pagos em juros do PAEL 3,8 milhões e recebeu 25 milhões de PAEL com uma taxa de juros de 3%. . Pagou juros moratórios de fornecedores 3.457.839,00€ o que significa a existência de um diferencial enorme que se não tivesse amortizado 19 milhões de dívida, esse diferencial seria superior.

Em resumo, se não fosse o PAEL, o Presidente da Câmara teria que pagar muito mais com a atual legislação aos fornecedores, cuja dívida foi substituída pelo PAEL.

O PAEL tem condições muito mais vantajosas do que as exigidas pelos fornecedores, e isso ficou expresso nos resultados e no que está a pagar de juros.

Deseja e espera que esta questão dos juros do PAEL fique clara de uma vez por todas, e não volte a ser mencionada em futuros documentos.

O **Sr. Jerónimo José** interveio para tentar mais uma vez, sensibilizar os serviços. Acredita que não seja feito com intenção, mas a questão da água nos Canaviais é um tema sensível devido aos cortes que se verificam, resultantes de ruturas na conduta principal.

Os moradores ficam inquietos e preocupados. Na zona existem também lares com pessoas idosas bem como toda a parte comercial.

As pessoas lembram de imediato a grave situação do final de 2013. Tenta tranquilizar as pessoas mas a informação de que dispõe é muito pouca. Quando se dirigiu à Eng.^a da Águas do Centro Alentejo foi-lhe dito que a informação tinha sido dada à Câmara pelo que, pensava que essa informação tinha sido transmitida, e que naquela altura, estavam a substituir uma parte da conduta. Foi ainda informado, que a responsabilidade da Águas do Centro Alentejo não passa pelo fornecimento da água. Esta responsabilidade é da Câmara Municipal por se tratar de água em baixa. Espera que tratando-se também de responsabilidade de Câmara, a reposição do pavimento seja mais rápida que a anterior, que demorou 3 meses a reparar.

Outra questão bastante preocupante, relaciona-se com o escoamento das águas pluviais, pelo que perguntou se já existe data para esta obra de reparação.

Terminou, a afirmar ter muito orgulho nas instituições existentes na sua freguesia, São um motor dinâmico essencial à prática educativa e desportiva, e que o Grand Fond Challenger foi exemplo, organizado por uma das secções do GDC com o apoio da CME e outras câmaras. Foi um evento de enorme significado, valor e relevância.

Numa breve intervenção o **Sr. António Maduro** deixou ao Sr. Presidente da câmara as seguintes perguntas:

- Qual o ponto de situação sobre a “Zona Industrial de São Sebastião”;
- Como está a situação da Etar das Carvalhas, visto os esgotos continuarem a correr a céu aberto, no centro da Serra de Monfurado - Zona Natura 2000;
- Qual a informação sobre as escolas das freguesias rurais, especialmente as do concelho.

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por responder:

- Relativamente à execução orçamental, existe uma dificuldade, que é óbvia, tendo-se já interrogado como apresentá-la. Uma vez que o orçamento está empolado, em virtude da dívida da Câmara, e a necessidade de nele encaixar a dívida e a sua execução real.



É sempre difícil nestas condições fazer-se uma avaliação real, pelo que já pensou fazer uma informação de forma a subtrair este efeito para ter a noção de uma melhor execução orçamental, Vai tentar encontrar algo que permita uma leitura mais fácil da execução orçamental real, independentemente dos problemas com a receita e despesa.

Queria deixar claro o que disse, que a situação económica e financeira da Câmara vai levar anos a recuperar e que um dos objetivos é transformar a necessidade de reduzir os resultados operacionais (não num ano, isso será impossível) líquidos do exercício em negativos para positivos. Chamou a atenção para a componente específica das amortizações nos resultados negativos, que aumentaram, razão porque as referiu, sendo que continuam fortemente negativos.

- Em relação aos juros, se forem comparados os juros do PAEL com os juros legais que os fornecedores podem cobrar, essa questão é óbvia. Mas seria possível negociar outra questão, bem como seria possível negociar com os próprios fornecedores de forma a reduzir os juros. Sendo que grande parte dos juros se referem a duas áreas com um enorme peso – Águas do Centro Alentejo (tendo em conta o enorme montante da dívida, só o PAEL pagou cerca de 20 milhões de dívida e juros) e TREVO (que dá mais ou menos 1 milhão de euros de prejuízo/ano, e que tem debitado sempre juros). Tem procurado sempre evitar que se pague apenas juros. Sem o PAEL foi possível pagar verbas à PT e negociar um plano de pagamento sem juros.
- Em resposta ao Sr. Presidente da Junta dos Canaviais, lembrou que, no setor das águas, apesar de algum trabalho feito, ainda existem problemas muito complicados. O ideal seria ao ser detetada uma rutura, fazer de imediato a reparação. Ainda existem dificuldades, que irão sendo corrigidas. Não sendo fácil, não pode dar garantias de que no imediato será assim. A Câmara está a ser mais rigorosa e pensa que se irá caminhando no sentido de melhor a informação.
- Confirmou estar em curso, a obra orçamentada para resolução do problema junto à escola e GDC, que os afeta quando se verifica pluviosidade intensa. Acredita ser uma situação dramática
- A dinâmica do GDC é notável e a colaboração assinalável. Espera que continuem com a mesma dinâmica.
- Respondeu ao Sr. Presidente da Freguesia da Boa Fé e São Sebastião da Giesteira com a informação de que a Zona Industrial está, como já lhe transmitiu, com um grave e complicado problema. Está a tentar encontrar forma legal de o resolver. O Tribunal de Contas recusou o visto à Câmara por considerar que a obra foi feita de forma ilegal, bem como pagamentos ilegais à Câmara. Trata-se de uma situação de ilegalidade que encontraram, com um acréscimo negativo de perder a participação dos Fundos Comunitários. É um dos problemas de difícil solução embora esteja a trabalhar para tentar encontrar uma.
- A Etar é da responsabilidade da Águas do Centro Alentejo, de momento não sabe qual o ponto da situação. Espera na próxima Sessão da Assembleia poder dar alguma informação. Reuniu na Águas do Centro Alentejo para aprovação das contas e discussão sobre alguns problemas desse tipo. Sobre esta Etar em concreto, não tem nenhuma informação.
- Tem a informação da delegada da DGEST da intenção do Governo fechar 7 escolas rurais no concelho de Évora e no distrito, cerca de 37 escolas.

A Sra. Delegada comprometeu-se a fazer uma reunião com a Câmara de Évora de forma a abordar especificamente esta questão, para se perceber o que está proposto e quais as intenções. Esta situação é inaceitável para a Câmara Municipal de Évora. Nessa reunião, ficará o compromisso da Câmara, de que, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, serão dados os passos necessários para obviar a situação, nos casos em que seja defensável. Lembrou o critério de fechar todas as escolas com menos de 21 alunos. Este critério não tem em atenção a realidade do mundo rural. Olha em particular as grandes zonas urbanas. As zonas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

rurais têm que ter um tratamento diferenciado, sobretudo no Alentejo em que, além de rural é uma zona dispersa. Este assunto está a ser acompanhado com muita preocupação.

O **Sr. Henrique Troncho** chamou a atenção para o facto deste ponto, ao contrário do habitual, aparecer no final e não no início da ordem do dia.

Seria bom ouvir o Sr. Presidente da Câmara numa hora mais agradável, sobre este assunto.

Em seguida, em relação ao encontrar uma forma mais rigorosa para o controlo orçamental, e que esse descontrolo deriva do facto de ter que empolar as receitas para fazer face às despesas, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que embora sendo um exercício difícil, deve fazê-lo rapidamente para evitar problemas com a bancada da CDU que sempre foi muito crítica em relação a esse ponto.

O **Sr. Nuno Alas** interveio para referir o início das obras de intervenção na escola André de Resende que consideram de grande importância para o concelho.

Em seguida, chamou a atenção para a segurança na Rua Cosme Delgado e Av. Almirante Gago Coutinho, dado que as vedações em volta da escola, ocuparam o passeio e os jovens têm que passar na faixa de rodagem. Pensa que será da responsabilidade da Divisão de Trânsito da Câmara verificar a proteção dos jovens que passam naquela zona durante as obras.

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que quando se referiu às questões orçamentais foi do ponto de vista da realidade e não do empolamento que tem que ser feito para encaixar a dívida do Município, para dar uma visão mais próxima da realidade.

Em relação à escola André de Resende, foi uma situação muito complicada. Houve a possibilidade de perder a candidatura de 3 milhões de euros do INAlentejo, só não aconteceu devido ao esforço conjunto de várias entidades de forma a reverter a situação. Enalteceu a colaboração do Dr. Dieb, que agradeceu, bem como às restantes entidades envolvidas.

O projeto da escola tinha e tem alguns problemas. Foi feita uma reunião na própria escola, para ouvir os moradores. Professores e alunos, no sentido de tentar corrigir o que fosse possível. Uma das coisas a corrigir era a questão do trânsito, e com os dois pavilhões que não vão ser intervencionados, que têm cobertura de fibrocimento que contém amianto, e não estão previstos na obra. O projeto não previa ainda, arranjos exteriores, cozinha etc., que estão a ser tratados com o empreiteiro.

APROVAÇÃO EM MINUTA

O coletivo deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o ponto **1, do número I**, e os pontos **1, 2, 3, 4, 5, do número II**, nos termos do n.º 3 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente concedeu a palavra ao munícipe **José Dias**, que começou por dizer que ia intervir primeiro em seu nome, em segundo lugar a sua intervenção seria em nome de duas concidadãs suas que fazem parte do Movimento existente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Em julho de 2013, assistiu a um colóquio com Técnicos da Universidade de Évora, em que foi explicado o que se quer fazer na Boa-Fé.

A informação que foi transmitida no colóquio, a população vai sofrer com a intervenção na mina. Não acredita em mais estudo. Os únicos estudos serão os efetuados pela empresa. Quando o próprio Presidente da CCDRA diz não ter “*dossiers*” sobre o assunto já demonstra bem quais são os estudos que vão ser elaborados.

A Associação Beira do Ambiente, afirma que o processo já está a decorrer.

Segundo o estudo da empresa, o estado irá arrecadar 18 milhões de euros. O projeto terá duas fases, uma experimental e uma fase de prospeção. A fase de prospeção já está a ser realizada com furos nas imediações da Boa-Fé.

Até à apresentação pública do projeto há pareceres de muitas entidades, após a apresentação pública apenas existe o parecer da Câmara.

Em relação ao 1.º de Maio, trabalhou sempre no privado, não gostou do que ouviu. Em 1973, a sua mãe foi agredida numa manifestação do 1.º de Maio, fazia parte do sindicato das costureiras e alfaiatas, por fazerem uma reivindicação. Houve carga da PSP que agrediu a sua mãe. Estranhou a afirmação de que o 1.º de Maio apenas foi comemorado após o 25 de Abril, pois não corresponde à verdade, como pode provar.

Antes do 25 de Abril de 1974, andou a distribuir comunicados para a comemoração do 1.º de Maio dos trabalhadores agrícolas.

Em relação às contas apresentadas, são distribuídas mas muitas pessoas não as sabem ler, pelo que sugeri que, por uma questão de transparência, talvez fosse aconselhável publicitá-las no jornal da cidade. O Povo devia saber as dificuldades que a Câmara atravessa, e o que se passa.

Como município, considera muito grave a situação da Câmara. O Presidente diz que vai demorar alguns anos, mas não lhe parece que se resolva ainda assim. A população precisa saber o que se passa.

O **Sr. Adel Sidarus** começou por dizer que era uma honra assistir a uma Assembleia Municipal de trabalho.

Em seguida, reforçou enquanto cidadão independente a intervenção do Sr. José Dias, em relação à freguesia da Boa-Fé. Ficou preocupado pela decisão vaga para a realização da Assembleia Municipal, quando todos sabem que a empresa já está a trabalhar e que o tempo corre.

Não se chegou a acordo em relação à reunião a realizar na Boa-Fé. Quem vai ser convidado, a quem se vai pedir um trabalho que leva tempo a fazer. Sabe que já existe a documentação necessária e já apresentada na Assembleia Municipal. O material já existe, É necessário advogados que trabalhem e vejam da possibilidade de poder avançar.

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a prospeção na Boa-Fé foi feita anteriormente. Neste momento está na fase de pré-exploração. A concessão feita pelo Governo foi para a fase de pré-exploração.

O **Sr. Bruno Martins** esclareceu que os pareceres não foram do conhecimento da Assembleia Municipal mas sim da Câmara Municipal de Évora.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O **Sr. Eduardo Luciano** interveio para referir, que foram referidas, várias vezes, posições da Câmara Municipal. Como Vereador no mandato anterior, esteve sempre presente em todas as reuniões de Câmara, e o órgão Câmara Municipal de Évora, nunca tomou posição sobre esta matéria. Existe o estudo da Câmara Municipal mas nunca houve nenhuma deliberação de Câmara sobre esta questão, como pode ser confirmado pelo então Vereador António Dieb e Vereadora Cláudia de Sousa Pereira.

A Câmara Municipal enquanto órgão, não tomou qualquer posição nem discutiu o assunto.

A **Sra. Maria Helena Figueiredo** afirmou ser uma questão do maior interesse no último ano, pelo que folga muito, que finalmente a Assembleia Municipal expresse de forma tão clara um problema que afetará não só os atuais munícipes como as gerações vindouras.

Enquanto cidadã residente fica muito satisfeita. No entanto, lamenta sinceramente algumas coisas que ouviu. Aparentemente, toda a gente sabia pouco sobre o assunto, pese embora alguns fazerem parte dos organismos que se pronunciaram sobre a Boa-Fé. Foi a intervenção do Sr. Vereador Eduardo Luciano que a levou a intervir, para dizer que, é necessário que o Município através dos órgãos competentes se pronuncie, em sede de avaliação de impacto ambiental. Se tal não aconteceu, compete ao Município impugnar quaisquer decisões que tenham sido tomadas sem a sua pronúncia, porque serão, eventualmente nulas.

Através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal endereçou ao Sr. Presidente da Câmara um pedido para que atue em conformidade, já que, não assumindo qualquer decisão em nome do Executivo Municipal, deve daí retirar as devidas consequências.

Como não havia mais intervenções nem mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão pelas duas hora e vinte minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

Presidente – António Jorge de Paiva Jara

1ª Secretária – Filomena Maria de Oliveira Araújo

2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 27/06/2014, com 28 votos a favor e 4 abstenções)

Não dispensa a consulta do documento original